


A PRESENÇA DOS

# Povos Guarani


NA REGIÃO DA GRANDE  
FLORIANÓPOLIS

 arteris

Litoral Sul



**A elaboração deste livro cumpre uma das metas do Componente Indígena do Plano Básico Ambiental (CI-PBA), das obras do Contorno Rodoviário de Florianópolis, exigidas pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo Ibama com participação da Funai. O CI-PBA do Contorno é de responsabilidade da Arteris Litoral Sul e a execução é feita pela consultoria da MPB Engenharia.**



A PRESENÇA DOS

# Povos Guarani

NA REGIÃO DA GRANDE  
FLORIANÓPOLIS

FLORIANÓPOLIS – SC

2022

# Corpo Editorial

## ORGANIZAÇÃO

Arteris Litoral Sul

Comitê Gestor do Componente  
Indígena do Plano Básico  
Ambiental do Contorno  
Rodoviário de Florianópolis

MPB Engenharia

## COORDENAÇÃO GERAL

Daniela Beatriz G. Bussmann  
ARTERIS LITORAL SUL S/A

Ludmylla Silva Carvalho Sanchez  
ARTERIS LITORAL SUL S/A

Maria Eduarda Vaz  
ARTERIS LITORAL SUL

Bertoldo Silva Costa  
MPB ENGENHARIA

Caroline Machado Costa  
MPB ENGENHARIA

Juliana Roscoe  
MPB ENGENHARIA

## LEVANTAMENTOS E PESQUISAS

Jacqueline Monteiro dos Santos  
PRESERVAR ARQUEOLOGIA  
E MEIO AMBIENTE

Katilene Godoy Hoffmann  
PRESERVAR ARQUEOLOGIA  
E MEIO AMBIENTE

Manoel Ramos Junior  
PRESERVAR ARQUEOLOGIA  
E MEIO AMBIENTE

## REDAÇÃO

Jacqueline Monteiro dos Santos  
PRESERVAR ARQUEOLOGIA  
E MEIO AMBIENTE

Katilene Godoy Hoffmann  
PRESERVAR ARQUEOLOGIA  
E MEIO AMBIENTE

Manoel Ramos Junior  
PRESERVAR ARQUEOLOGIA  
E MEIO AMBIENTE

Caroline Machado Costa  
MPB ENGENHARIA

Daiane de Sena Kafer  
MPB ENGENHARIA

## AUTORIA

Bruce Souza  
ALDEIA CAMBIRELA

Celita Antunes  
ALDEIA M'BIGUAÇU

Davi Timóteo  
Martins  
ALDEIA ITANHAÉM

Edson Karai  
Mirim da Silva  
Benites  
ALDEIA ITANHAÉM

Elizete  
Antunes  
ALDEIA MORRO  
DOS CAVALOS

Eunice Kerexu  
Antunes  
ALDEIA MORRO  
DOS CAVALOS

Hyral Moreira  
ALDEIA M'BIGUAÇU

José Benites  
ALDEIA DO AMARAL

Julia Graciele  
Pereira  
Narciso  
ALDEIA ITANHAÉM

Leandro  
Fernandes  
Kuaray  
ALDEIA ITANHAÉM

Lúcia Moreira  
ALDEIA PRAIA  
DE FORA 2

Marcelo Kyaray  
Benite  
ALDEIA CANELINHA

Marciano  
Pereira  
ALDEIA DO  
AMÂNCIO

Marco Antônio  
O. Da Silva  
ALDEIA  
MASSIAMBU

Márcia de  
Oliveira  
ALDEIA ITANHAÉM

Osmar Sérgio  
de Oliveira  
ALDEIA ITANHAÉM

Rosa Pará  
ALDEIA DO  
AMÂNCIO

Rosalina  
Moreira  
ALDEIA PRAIA  
DE FORA 1

Roselanea  
Machado  
ALDEIA PRAIA  
DE FORA 1

Sérgio Timóteo  
Duarte  
ALDEIA ITANHAÉM

Sorian  
Fontora Souza  
ALDEIA CAMBIRELA

Teófilo  
Gonçalves  
ALDEIA MORRO  
DOS CAVALOS

Wesley Santos  
MORRO DOS  
CAVALOS

## FOTOGRAFIAS

Afonso Mendes  
ALDEIA ITANHAÉM

Alan Delon  
Antunes  
Moreira  
ALDEIA M'BIGUAÇU

Bruce Souza  
ALDEIA CAMBIRELA

Edinho  
da Silva  
ALDEIA  
MASSIAMBU

Elizete Para  
Benites  
ALDEIA AMÂNCIO

Lucia Moreira  
ALDEIA PRAIA  
DE FORA 2

Luciano  
Benites  
ALDEIA CANELINHA

Osmair  
Gonçalves  
ALDEIA AMARAL

Wesley Santos  
MORRO DOS CAVALOS

Caroline Garcia

Felipe Queriqueri

MPB Engenharia

## IMPRESSÃO

Arteris Litoral Sul S/A

## EDIÇÃO E REVISÃO

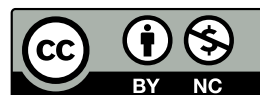
Camila Bruna Stähelin  
MPB ENGENHARIA

Daiane de Sena Kafer  
MPB ENGENHARIA

Marília Medeiros Machado  
MPB ENGENHARIA

## DIAGRAMAÇÃO

Alexandre Rodrigues Marinho  
MPB ENGENHARIA



LICENÇA CREATIVE  
COMMONS COM ATRIBUIÇÃO  
NÃO-COMERCIAL

Você tem a liberdade de:

**Compartilhar**  
Copiar, distribuir e  
transmitir a obra.

**Remixar**  
Criar obras derivadas.

Sob as seguintes condições:

**Atribuição**  
Você deve creditar a obra da  
forma especificada pelo autor  
ou licenciante (mas não de  
maneira que sugira que estes  
concedem qualquer aval a  
você ou ao seu uso da obra).

**Uso não comercial**  
Você não pode usar esta  
obra para fins comerciais.

# Carta ao leitor

Após anos de muita dedicação em todas as etapas do trabalho, temos o orgulho de apresentar a toda comunidade o livro “A Presença dos Povos Guaranis na Grande Florianópolis”. A publicação é parte do Componente Indígena do Plano Básico Ambiental do Contorno Rodoviário de Florianópolis e evidencia aspectos históricos dos povos Guaranis na região metropolitana.

O respeito ao Meio Ambiente é uma prioridade que precisa ser demonstrada com ações, beneficiando o ecossistema e as comunidades no entorno de nossa operação. E quando queremos preservar, precisamos também conhecer, saber mais sobre a cultura de povos que aqui convivem.

É preciso destacar que este livro é também fruto do licenciamento ambiental bem-sucedido, da interação entre órgãos como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

Temos a certeza que a publicação deste livro é mais um marco na trajetória das obras do Contorno de Florianópolis e desejamos que o conteúdo chegue aos mais diversos públicos, tornando-se também referência para o estudo do tema.

**Boa leitura!**



ANTONIO CÉSAR RIVAS SASS  
DIRETOR DE OPERAÇÕES, ARTÉRIS LITORAL SUL

# Sumário

Apresentação .....	8
Introdução .....	9
Yvy Rupá, o Território Guarani .....	15
A Presença Guarani no Litoral de Santa Catarina: Arqueologia, História e Memória .....	20
A cultura guarani na atualidade .....	40
A Língua Guarani: Conexões entre o Passado e o Presente .....	42
A sabedoria que não se encontra nos livros: a importância da Opy entre os Guarani .....	48
Sementes tradicionais e manejo das roças .....	54
Modo de vida Guarani Cheripa .....	58
Xondaro: a dança milenar dos guerreiros Guarani .....	61
Cestos, balaios e bichinhos de madeira: o Artesanato Guarani .....	66
Cestarias: uma tradição que não se apagou .....	73
Música Guarani: coral e cantos tradicionais .....	78
A medicina tradicional como uma forma de resgate cultural .....	84
Morro Cambirela: uma paisagem de significados .....	90
Relatos sobre um objeto sagrado: uso do petynguaá entre os Guarani .....	94
Para não concluir .....	98
Bibliografia .....	100
Agradecimentos .....	106

# Apresentação

*“Nós nunca deixamos de existir.  
Nós existimos e estamos aqui”.*

MARCELO BENITE, CACIQUE  
DA ALDEIA CANELINHA

Apesar de nos encontrarmos em pleno século XXI e estarmos diante de uma variedade de registros e narrativas históricas, arqueológicas e etnológicas, muito pouco conhecemos ou sabemos sobre as populações indígenas que compõem a grande diversidade étnica brasileira. Conforme o Censo do IBGE realizado em 2010, são aproximadamente 817.963 pessoas difundidas entre as cidades e as áreas rurais de todos os estados do Brasil, correspondendo, praticamente, a 0,43% da população nacional. Este livro, elaborado em conjunto com lideranças, professores, alunos e moradores de dez comunidades indígenas situadas nas proximidades do litoral central de Santa Catarina, possui como objetivo principal a construção de uma narrativa sobre o passado e o presente dos povos Guarani na região metropolitana da Grande Florianópolis que valorize, de forma especial, as vozes, as trajetórias e as memórias dos produtores de suas próprias histórias.

O desenvolvimento deste material faz parte das ações previstas do Componente Indígena do Plano Básico Ambiental (CI-PBA) do Contorno Rodoviário de Florianópolis, empreendimento sob a responsabilidade da Arteris Litoral Sul S/A implantado nos municípios de

Governador Celso Ramos, Biguaçu, São José e Palhoça com o intuito de aliviar o fluxo de veículos que transitam diariamente na rodovia BR-101 e atuar como principal rota para o tráfego de longa distância. O Plano Básico Ambiental, previsto através de uma resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente para vários tipos de empreendimentos, é um programa integrante do processo de Licenciamento Ambiental composto por diversas medidas que visam mitigar, reduzir, compensar e monitorar os efeitos socioambientais causados pela instalação e operação das obras sobre a região e os habitantes do entorno.

O Componente Indígena do Plano Básico Ambiental do Contorno Rodoviário de Florianópolis abrange, em suas linhas de ação, dez comunidades indígenas da região da Grande Florianópolis: Morro dos Cavalos (Itaty e Yaka Porã), Massiambu (Pira Rupá), Praia de Fora I, Praia de Fora II (Ka'Arã), Cambirela, M'Biguaçu (Yynn Moroti Wherá), Amaral (Mymba Roka), Amâncio (Ygua Porã), Itanhaém e Canelinha (Tava'í), localizadas nos municípios de Palhoça, Biguaçu e Canelinha. Estas comunidades, muitas vezes, são despercebidas pelos não indígenas da região, que não sabem das suas existências e muito menos da sua história. Este livro, portanto, é um convite para adentrarmos, um pouco, nos meandros de uma cultura milenar de características únicas e reconhecermos sua viva e ativa presença na região.



# Introdução



O projeto para a construção desse documento surgiu a partir do evidente interesse dos Guarani em deixarem registrados, na forma de um livro, aspectos relacionados tanto à arqueologia e à história de seu povo quanto aos elementos que fazem parte de seu universo cultural contemporâneo.

Assim, este livro é resultado de um longo percurso de quatro anos através da realização de diversas atividades com as comunidades supracitadas. Todas as atividades foram propostas e executadas dentro das abordagens etnoarqueológicas colaborativa e participativa, onde os conhecimentos científicos e tradicionais foram considerados complementares e não excludentes. Nesse sentido, a promoção do diálogo entre pesquisadores indígenas e não indígenas, gerou debates sobre as diferentes percepções dos fenômenos, levando ao enriquecimento da produção e extroversão do conhecimento histórico e cultural.

O primeiro passo foi com a oficina de arqueologia intitulada “Os vestígios arqueológicos da região da Grande Florianópolis”, que abordou a diferenciação de Patrimônio Material e Imaterial; a conceituação de Arqueologia e sítios arqueológicos; os tipos de vestígios arqueológicos; o desenvolvimento dos estudos arqueológicos; e o contexto arqueológico de ocupação na região.

Em seguida, vieram algumas visitas de representantes dessas aldeias a locais de interesse arqueológico distribuídos pelo estado de Santa Catarina, a saber:

- *Sítios Morro das Aranhas I e Morro das Aranhas II, localizados na praia do Costão do Santinho, em Florianópolis;*
- *Sítio Travessão do Rio Vermelho, no bairro Rio Vermelho, em Florianópolis;*
- *Sítios Piscinas da Barra I, Rio da Lagoa I e Rio da Lagoa II, na Barra da lagoa, em Florianópolis;*
- *Dunas da Joaquina, Dunas da Lagoa I e Dunas das Rendeiras, na Lagoa da Conceição, em Florianópolis;*
- *Museu Arqueológico de Sambaqui, em Joinville;*
- *Ilha do Campeche, em Florianópolis;*
- *Sambaquis de Laguna, em Laguna;*
- *Sambaqui Garopaba do Sul, localizado entre os municípios de Laguna e Jaguaruna.*

As impressões emitidas pelos visitantes indígenas a esses locais de interesse arqueológico proporcionaram, para além de reflexões sobre o próprio passado e as bases de sua cultura, uma necessidade coletiva de abordar sobre a importância da presença ancestral do povo Guarani na região e os vínculos de pertencimento com o território, amplamente reconhecido como tradicional.

Ao longo do percurso para construção dessa obra também foram realizadas muitas rodas de conversas e duas entrevistas orais em cada aldeia, tendo como intuito aprofundar as temáticas e construir, junto às lideranças e às pessoas indicadas pelos próprios líderes, um panorama acerca da formação histórica do Território Guarani e do processo



REGISTROS DAS VISITAS REALIZADAS COM OS GUARANI A ALGUNS LOCAIS DE INTERESSE ARQUEOLÓGICO NO LITORAL CATARINENSE

de formação das aldeias, com especial destaque para os elementos contemporâneos que fazem parte de sua cultura.

Esses elementos, que constituem os bens imateriais, são representados, principalmente, pelas práticas e saberes que foram transmitidos de geração para geração através da oralidade e que são considerados como bases fundamentais que sustentam a ligação com suas tradições.

No processo de escolha das temáticas contemporâneas, cada comunidade optou por abordar um aspecto de relevância em suas vivências cotidianas e que se conectasse com o universo cultural guarani. Embora muitos aspectos sejam próprios de cada aldeia e existam diferentes pontos de vista no interior de uma mesma cultura, os temas se conectam e se complementam, propiciando uma ampla e rica visão sobre os grupos Guarani da atualidade e que vivem na região metropolitana de Florianópolis.

Dessa forma, esse livro foi pensado e elaborado em conjunto com as lideranças guarani, criando um formato e conteúdos que expressassem o protagonismo indígena, visando a valorização do patrimônio material e imaterial desses indígenas.

O livro se divide em duas principais partes. A primeira, composta pelos capítulos “Yvy Rupá, o Território Guarani” e “A Presença Guarani no Litoral de Santa Catarina”, traz ao longo de suas páginas uma narrativa histórica do povo Guarani no litoral de Santa Catarina corroborada por

registros históricos, arqueológicos, etnológicos e orais. Nesta construção foram coletadas as histórias contadas através das entrevistas. A segunda parte do livro, envolvendo a “Cultura Guarani na Atualidade”, carrega consigo diversos pontos vivenciados dia a dia nas aldeias, apresentando um panorama das tradições, dos saberes, das experiências e dos lugares de importância para as dez comunidades indígenas da região.

Em “A Língua Guarani: Conexões entre o Passado e o Presente”, é abordada, pelo cacique Marco Antônio de Oliveira, da Aldeia Massiambu, a relevância da língua como uma forma de preservar a identidade e manter viva a cultura.

No próximo capítulo, intitulado “A sabedoria que não se encontra nos livros: a importância da Opy entre os Guarani”, Teófilo Gonçalves, cacique da Terra Indígena Morro dos Cavalos, revela a Casa de Reza como o local privilegiado para a transmissão de conhecimentos e a autoridade dos mais velhos como detentores de grandes conselhos e sabedorias.

Em “Sementes tradicionais e o manejo das roças”, a liderança indígena da Aldeia do Amâncio, Marciano Pereira, compartilha algumas informações sobre os principais cultivos de alimentos realizados na comunidade, com destaque para o milho, cujas sementes são consideradas sagradas.

No capítulo nomeado “O Território Tradicional Guarani”, Lúcia Moreira, moradora da Aldeia Praia de Fora 2, oferece um panorama, a partir de seu ponto de vista e conhecimento, sobre

a origem e a história da região, território sagrado dos Guarani Chiripá, e a conexão deste grupo com o universo espiritual e o ambiente.

Em “Xondaro: a dança milenar dos guerreiros Guarani”, o cacique da Aldeia do Amaral, José Benites, narra sobre a importância desta tradicional dança para a formação física e espiritual dos Guarani, fortalecendo o nhandereko, ou seja, o seu jeito de ser e de compreender o mundo.

No próximo capítulo, denominado “Cestos, balaios e bichinhos de madeira: o Artesanato Guarani”, uma das lideranças da Aldeia Itanhaém, Davi Timóteo Martins, juntamente com os professores Osmar Sérgio de Oliveira, Sérgio Timóteo Duarte, Julia Graciele Pereira Narciso, Mariza de Oliveira e Edson Karai Mirim da Silva Benites, abordam a importância do artesanato guarani, enfatizando alguns de seus significados e a sua importância econômica para muitas famílias da comunidade.

Dando continuidade à temática do artesanato, em “Cestarias, Uma Tradição que não se apagou”, Rosalina Moreira e sua filha Roselanea Machado, moradoras da Praia de Fora da Vila, trazem à tona alguns processos relacionados à produção de balaios e cestas, considerados um dos principais objetos manuais produzidos pelos povos Guarani.

No capítulo “Música Guarani: Coral e Cantos Tradicionais”, o cacique e músico Marcelo Benite, da Aldeia Canelinha, além de ressaltar a importância dos cantos tradicionais guarani, aborda sobre os esforços despendidos para a criação e a

manutenção do coral em sua comunidade que, com muito esforço, vem lutando por reconhecimento.

Em “A medicina Tradicional como uma forma de resgate cultural”, Hyral Moreira, cacique da comunidade M’Biguaçu, ressalta sobre a importância do resgate de certas sabedorias e conhecimentos tradicionais para a revitalização da cultura entre os mais jovens, especialmente por meio das plantas e da medicina tradicional.

No penúltimo capítulo, intitulado “Morro Cambirela: Uma Paisagem de Significados”, a jovem moradora Soriana Fontora Souza, junto com seu irmão Bruce Souza, da Aldeia Cambirela, escreve e descreve acerca da importância simbólica e paisagística do Morro, compartilhando suas experiências, memórias e relações com o ambiente.

Em “Relatos sobre um objeto sagrado: o uso do petyngué entre os Guarani”, último capítulo que compõe os aspectos culturais dos Guarani do Litoral Central de Santa Catarina, habitantes de várias comunidades descrevem a importância simbólica do cachimbo em sua cultura, enfatizando sua relação com o universo espiritual e os processos que envolvem a sua manufatura.

Ao final do livro, em “*Para não concluir*” foram tecidas algumas considerações a respeito das constantes transformações culturais a que estamos submetidos e a importância de conhecermos para respeitarmos, reconhecermos e valorizarmos a grande diversidade étnica que compõe o nosso território nacional.





# Yvy Rupá, o Território Guarani

Existem no Brasil mais de 240 povos indígenas distribuídos em pouco mais de 737 áreas indígenas espalhadas por todo o país, somando um coletivo de aproximadamente 900 mil pessoas falantes mais de 150 línguas. Embora representem grande diversidade étnica e cultural, são diminutos numericamente quando considerado que, antes da invasão de povos europeus, no início do século XVI, habitavam entre dois e oito milhões de indígenas que falavam mais de 1000 línguas, somente no território que compreende a atual nação brasileira.

Dentro deste contexto, os Guarani constituem, atualmente, a maior população indígena da América do Sul, possuindo também a maior presença territorial no Brasil. São aproximadamente 85 mil pessoas, pertencentes a três subgrupos: Mbya, Ñandeva-Xiripá-Ava e Kaiowá. Apesar de existirem certas nuances históricas, linguísticas e culturais entre os variados coletivos Guarani, é importante destacar que se trata de grupos muito aparentados, especialmente os que vivem em uma mesma região, e indígenas de diferentes subgrupos chegam a compartilhar aldeias e a desenvolver relações matrimoniais.

As aldeias Kaiowá concentram-se, basicamente, no sul do estado do Mato Grosso do Sul e na região oriental do Paraguai. Em termos demográficos, constituem o maior subgrupo Guarani, com aproximadamente 49.000 pessoas.

Os Ñandeva, formando um coletivo de aproximadamente 30.000 pessoas, distribuem-se principalmente no Paraguai e no Brasil, sobretudo no Mato Grosso do Sul, no interior dos estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul e no litoral de São Paulo e de Santa Catarina. Em diversos locais, os Ñandeva também possuem aldeias em áreas compartilhadas com outras etnias, como é o caso, por exemplo, da TI Araribá (SP), onde eles convivem com os Terena, e da TI São Jerônimo (PR), onde dividem aldeias com os Kaingang e os Xetá.

Os Mbya, por sua vez, estão presentes em várias aldeias na região oriental do Paraguai, no nordeste da Argentina, no Uruguai e nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo, especialmente na região litorânea junto à Mata Atlântica. Não é por acaso que, hoje, essa área tenha a maior concentração de aldeias Mbya. No momento da invasão colonial, o litoral era um espaço densamente povoado por indígenas Guarani, que ali deixaram diversas marcas de sua presença.

Nas narrativas guarani, a própria natureza pode revelar a passagem dos antigos ancestrais – os *nhandekukuery* – na região, pois, onde tem “pindó, taquara, juta e rio é onde o Guarani passou”<sup>1</sup>. Além dos elementos presentes no ambiente, a nomeação de locais também representa uma importante referência sobre a passagem dos povos Guarani, pois, “nessa região mesmo [do litoral] eles caminhavam, né, e algumas cida-

1 Marcelo Benite, liderança da Aldeia Canelinha, 2018.



des também tem o nome em língua de Guarani, tem alguns lugares que tem na língua o nome em guarani”<sup>2</sup>. Muitas das atuais estradas e cidades existentes foram construídas sobre antigas trilhas e aldeias guarani e, “[...] quando vieram os brancos, muitos fugiram, mas ficou muita gente para servir de escravos para eles. [...] Hoje, o que sobrou pra nós, é onde o branco não queria nada”<sup>3</sup>.

O Território Tradicional Guarani, caracterizado pela presença de inúmeras aldeias e pontos de passagem distribuídos entre as regiões do Paraguai, da Argentina, do Uruguai, da Bolívia e do Brasil; é bastante amplo e vai além das divisões territoriais brasileiras oficiais. A territorialidade, na visão guarani, não deve ser compreendida como uma área geograficamente definida, pois suas relações de reciprocidade, assim como a dinâmica de seu universo, não se encerram nos espaços da aldeia e nem em complexos geográficos contínuos. Na perspectiva indígena, “pra nós não tinha esse país antigamente, em todo o território de bacia onde é a mata tropical, os Guarani pertenciam. [...] Para o Guarani não tem divisa, hoje quem colocou a divisa são os políticos [...]”<sup>4</sup>.

As diversas aldeias Mbya compõem um território descontínuo, mas nem por isso fragmentado, já que uma das características essenciais do povo Mbya é a alta circulação e mobilidade em torno de suas várias aldeias, nas quais eles transitam por diferentes

motivos, tais como a realização de casamentos, visitas, reuniões políticas, encontros para troca de mudas e sementes e intercâmbio de conhecimentos sagrados. O povo Guarani é, portanto, “o povo da mobilidade”<sup>5</sup>, tendo o seu território percebido como um grande organismo vivo, um corpo, que precisa estar constantemente em movimento para não adoecer e perder sua vitalidade:

*O território é um corpo e a gente tem que movimentar ele. E o movimento do território é este: pegar as sementes e levar para outra aldeia, fazer troca de sementes, [...] fazer esse plantio, é levar plantas, é levar animais. É normal você ver os indígenas com macaquinho, com paca, com papagaio, quati. Tá levando de uma aldeia para outra para presentear o parente que mora longe. [O Guarani] tem a necessidade de fazer a mobilidade do território.*<sup>6</sup>

Tanto para os Mbya como os Nãndeva, a região que atualmente conhecemos como Paraguai é uma das principais referências para os Guarani.

2 Marciano Pereira, liderança da Aldeia do Amâncio, 2018.

3 Marcelo Benite, liderança da Aldeia Canelinha, 2018.0

4 Idem.

5 Eunice Kerexu, Aldeia Morro dos Cavalos, 2018.

6 Idem.

Ali seria, na visão de mundo dos grupos, o centro da terra, o centro do mundo, o ambiente onde a criação teve início:

O Paraguai [para os Ñandeva] é reconhecido como o centro da terra pelos Guarani. [...] Ali seria o centro do planeta, onde surgiu a origem. [...] Aí vem a visão mítica também. Como é que surgiu a terra? Tem um bichinho em alguns lugares que tem a terra muito fofa. Na mitologia, o Paraguai seria ali onde surgiu esse bichinho, um insetozinho que começou a formar a terra. Então é por isso que se fala que é o centro da terra, não que seja exatamente no Paraguai, porque o Paraguai também foi criado.<sup>7</sup>

A história dos Mbya, os mais velhos sempre contam. Se a gente for perguntar para as pessoas mais velhas onde nasceram, vão falar que nasceram no Paraguai, porque o Paraguai, pra nós, antes da invasão ali, não existia essa divisão de território. Pra nós, o centro da terra é onde hoje está a localização do Paraguai. Na história, fala que os Mbya surgiram lá, no centro da terra. Não foi no Paraguai, foi no centro da terra. Há muito tempo atrás, os Mbya começaram a se espalhar, e eles ocuparam mais o espaço onde tem o litoral.<sup>8</sup>

O Paraguai seria, também, “a nascente de um grande oceano, o centro de onde surge, a nascente de tudo”, uma espécie de “um centro de conhecimento, um arquivo, espaço sagrado com as informações” sobre o universo guarani: “Se um dia a gente perde, eu vou nesse espaço e busco as informações que se possa pegar”<sup>9</sup>. Eis, na visão mitológica e espiritual dos Guarani, a origem do mundo e o surgimento do seu território.

7 Hyral Moreira, liderança da Aldeia M'Biguaçu, 2018.

8 Marco Antônio, liderança da Aldeia Massiambu, 2018.

9 Eunice Kerexu, Morro dos Cavalos, 2018.



REPRESENTANTES DE POVOS GUARANI DO BRASIL, ARGENTINA E PARAGUAI, DURANTE A 8ª ASSEMBLEIA GUARANI YVYRUPA, REALIZADA EM MAIO DE 2019, NA TEKOA ITATY, TERRA INDÍGENA MORRO DOS CAVALOS (PALHOÇA/SC). A COMISSÃO GUARANI YVYRUPA FOI FORMADA EM 2006 E VEM SE CONSOLIDANDO COMO IMPORTANTE PROTAGONISTA POLÍTICA NACIONAL NOS DIREITOS ORIGINÁRIOS, PRINCIPALMENTE NA DEFESA DO TERRITÓRIO GUARANI



# **A Presença Guarani no Litoral de Santa Catarina: Arqueologia, História e Memória**



A língua Guarani pertence ao tronco linguístico Tupi e à família linguística Tupi-Guarani. Até o momento não há entre os cientistas um consenso sobre qual teria sido o centro de origem e as rotas de dispersão dos povos Tupi pelo continente sul americano. Para o linguista **Greg Urban**<sup>10</sup>, o centro de origem Macro-Tupi se localizaria na bacia Amazônica, entre os rios Tapajós e Madeira, onde o ramo Tupi-Guarani teria se diferenciado há 2 ou 3 mil anos atrás e se dispersado sucessivamente para a bacia do rio Paraná, atingindo posteriormente o litoral atlântico sul, para então se expandir novamente para o Norte através da costa atlântica. De acordo com Greg Urban, os Guarani teriam permanecido na bacia do Paraná e no litoral atlântico sul, enquanto os Tupinambá, seus descendentes, teriam rumado para o norte, ocupando a maior parte da costa litorânea brasileira.

Baseado na análise de vestígios materiais, o arqueólogo José Brochado propôs, na década de 1980<sup>11</sup>, que a expansão Tupi-Guarani teria ocorrido através de duas rotas originadas na bacia do rio Madeira: uma em direção Sul, primeiro através dos rios Madeira e Mamoré e depois através dos rios Paraná e Paraguai, atingindo grande parte da bacia do Prata e posteriormente o Atlântico Sul (Guarani); e outra em direção Leste, descendo o rio Amazonas até sua foz, para depois se expandir por todo o litoral atlântico, primeiro rumando

de oeste para leste, depois de norte para sul, até chegarem onde hoje é São Paulo.

### O QUE SÃO VESTÍGIOS MATERIAIS?

Além dos registros escritos, que nos limitam a uma visão sobre os povos indígenas a partir da pressão territorial de povos europeus, existe também um outro tipo de documento, deixado muitas vezes de forma involuntária pelos mais diversos grupos originários que habitavam as terras brasileiras antes do primeiro contato entre culturas tão distintas: os vestígios materiais. Estes vestígios, pequenas pistas de um longo passado, podem abranger desde alguns fragmentos de uma vasilha cerâmica, ferramentas em pedras e ossos de animais até marcas de antigas habitações (como fogueiras, ruínas, terra preta e estruturas de pedras). O local onde esses materiais são frequentemente encontrados é chamado, pelos pesquisadores, de sítio arqueológico.

VESTÍGIOS DE UMA ANTIGA FOGUEIRA. O CARVÃO ENCONTRADO EM FOGUEIRAS É DE EXTREMA IMPORTÂNCIA POIS, A PARTIR DELE, É POSSÍVEL OBTER UMA DATAÇÃO APROXIMADA PARA A OCUPAÇÃO DE UM SÍTIO ARQUEOLÓGICO. FOTO: LABARQ/CEPAA-UFPR.



10 URBAN, G. A história da cultura brasileira segundo as línguas nativas. In: CARNEIRO DA CUNHA, M. História dos índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1992

11 BROCHADO, José. A expansão dos Tupi e da cerâmica da tradição policrômica amazônica. Dedalo, Revista de Arqueologia e Etnologia, 27: 65-82. 1989.

## O QUE SÃO VESTÍGIOS MATERIAIS?

No Brasil, temos como importantes exemplos os sítios guarani, que podem ser encontrados no Sul do Brasil em quatro principais formas: “estruturas de habitação”, que seriam os vestígios das casas e das aldeias propriamente ditas, assim como objetos a elas associados; “estruturas de combustão”, relacionadas a marcas deixadas pelos diferentes tipos de fogueiras ou fogões; “estruturas anexas”, referentes aos locais com várias funções, como áreas de acampamento, de caça, de coleta e de pesca; e “estruturas funerárias”, que corresponderiam aos enterramentos humanos.

Os mais diversos tipos de sítios arqueológicos são estudados pelos arqueólogos, especialistas dedicados à investigação e à interpretação dos vestígios materiais deixados pelos seres humanos ao longo dos anos, séculos e milênios. A Arqueologia é, portanto, a ciência que se dedica à compreensão das sociedades no tempo e no espaço através de tudo o que foi feito ou modificado pelo ser humano com o objetivo de se conhecer os aspectos da vida cotidiana, as práticas sociais e os mais diversos elementos ligados a ela, como religião, economia, lutas pela sobrevivência e interação com a paisagem e o ambiente.



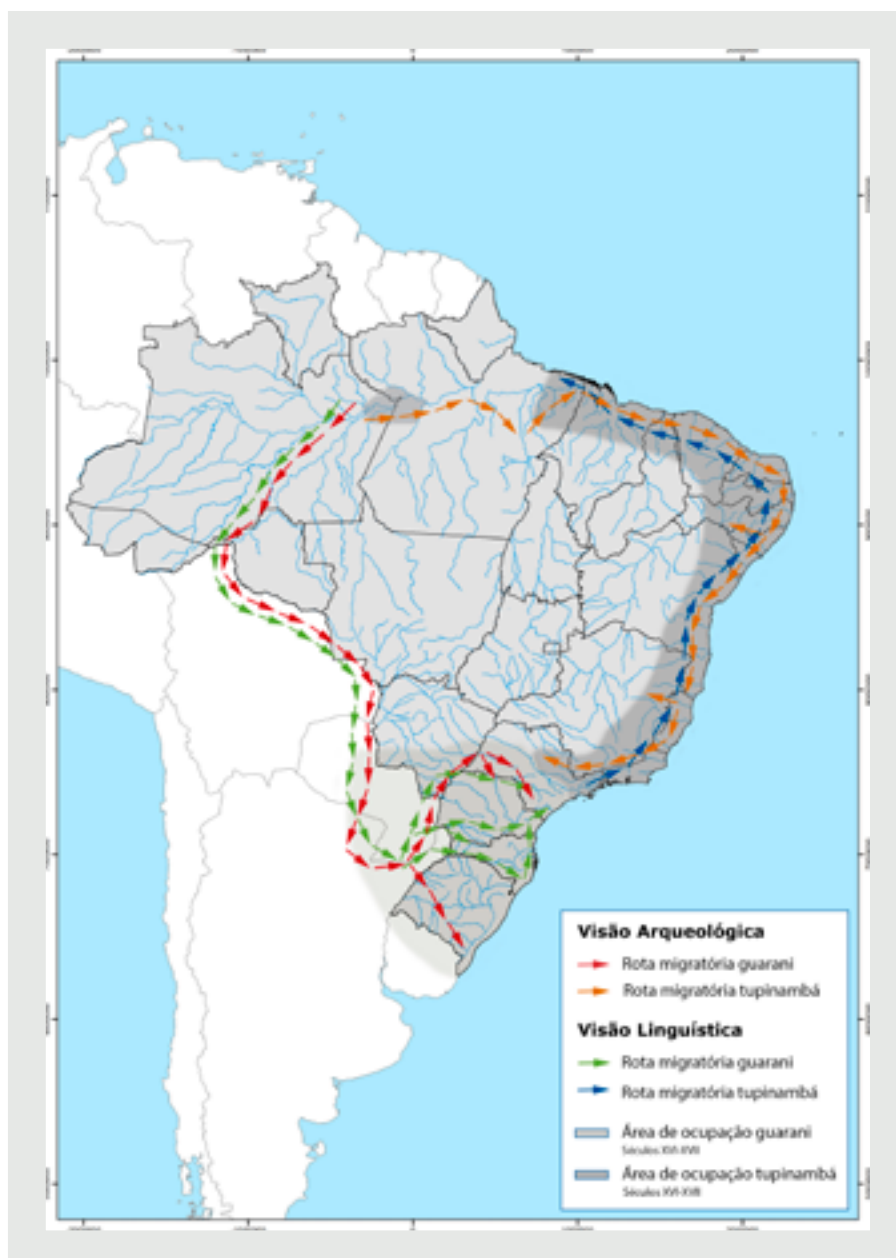
COLETA DE FRAGMENTOS DE CARVÃO PARA DATAÇÃO, ENCONTRADOS EM UMA CAMADA ESCAVADA. FOTO: PRESERVAR ARQUEOLOGIA E MEIO AMBIENTE.

A divergência básica entre linguistas e arqueólogos refere-se ao sentido da migração Tupinambá: se, para os linguistas, a ocupação da costa atlântica teria ocorrido a partir do litoral sul, para os arqueólogos, ao contrário, teria sido realizada de norte para sul, a partir da bacia amazônica. Em ambos os casos, porém, admite-se que os Guarani, como todos os povos Tupi, possuem origem amazônica, o

que fica claro, também, quando se observa a preferência dos Guarani por áreas de florestas úmidas, onde caçavam, abriam suas roças baseadas na agricultura de coivara, e exploravam intensamente os recursos fluviais.

Segundo o arqueólogo Francisco Noelli<sup>12</sup>, diversos sítios arqueológicos existentes na região sul do

12 NOELLI, F. O espaço dos Guarani: A construção do mapa arqueológico no Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai. In: MILHEIRA, R. G.; WAGNER, G. P. (Org.). Arqueologia Guarani no litoral sul do Brasil. Curitiba: Appris, 2014.



MAPA DE EXPANSÃO PRÉ-HISTÓRICA DOS GUARANI E DOS TUPINAMBÁ COM BASE NOS ESTUDOS LINGÜÍSTICOS DE GREG URBAN E ARQUEOLÓGICOS DE JOSÉ BROCHADO. BASE: BROCHADO, 1984 (ADAPTADA)

Brasil confirmam a ocupação desse território por grupos Guarani a pelo menos 2.000 anos Antes do Presente (A.P.). De acordo com seus estudos, os Guarani ocuparam inicialmente os vales das bacias dos rios Paraná e Paraguai, expandindo-se, posteriormente, para o centro do atual Rio Grande do Sul através dos vales dos grandes e médios afluentes do Rio Uruguai, onde já foram datados sítios guarani com 1.800 anos Antes do Presente (A.P.). Após dominarem a

maior extensão da região sul do país, com exceção das áreas campestres, os Guarani expandiram-se para o litoral catarinense, onde já foram identificados mais de 270 sítios arqueológicos associados a eles, em municípios como: São Francisco do Sul, Florianópolis, Palhoça, Paulo Lopes, Balneário Camboriú, Joinville, Porto Belo, Garopaba, Governador Celso Ramos, Imbituba, Laguna,

Imaruí, São Bonifácio, Jaguaruna, Içara, Araranguá, Sombrio, São João do Sul e Balneário Gaivota.

Nas narrativas indígenas, antes de se espalharem para outros espaços, os Guarani se concentraram na região do Guairá, uma enorme porção do atual estado do Paraná e cujos limites eram ao norte, o rio Paranapema, ao sul o rio Iguaçu, a oeste, o rio Paraná e ao leste, as áreas dos Campos Gerais. Entretanto, como a quantidade de pessoas foi gradativamente aumentando e formando um “grande grupo de Guarani nessa região”, eles “foram mais pra lá, aí se concentrou muito mais Guarani naquela região do Paraguai ali. Então é por isso que para o Guarani é o centro da Terra, [...] tanto é que surgiu dali mesmo e se espalharam, a milhares de anos atrás, para a Argentina, para o Uruguai, para a Bolívia e aí para o Brasil”<sup>13</sup>, incluindo o litoral de Santa Catarina.

Não existem dados conclusivos sobre quando teria ocorrido a ocupação do litoral de Santa Catarina pelo povo Guarani. Até o momento, a data mais antiga foi encontrada em um sítio na ilha de Florianópolis, datado em 900 anos Antes do Presente (A.P.). Apesar de ser uma informação importante, o fato é que imensas áreas do litoral catarinense ainda não foram devidamente estudadas, como é o caso das planícies e dos baixos vales que desaguam nos oceanos, a exemplo dos rios Tijucas, Itajaí e Itapocu. Outro problema diz respeito ao desenvolvimento de grandes e médias cidades, que dificultam muito a descoberta de

novos sítios arqueológicos em áreas que provavelmente também foram ocupadas pelos Guarani, como é caso de Paranaguá, Guaratuba, Florianópolis, Joinville, São José, Porto Alegre, Torres, Tramandaí, Osório, Pelotas, Rio Grande, Buenos Aires, entre outras. Apesar de todas essas lacunas, o horizonte mais provável para o caso de Santa Catarina é de que, com o avanço das pesquisas arqueológicas, obtenham-se datas que alcancem 1.500 anos Antes do Presente (A.P.), o que significa dizer que os Guarani ocupavam essa região 500 anos antes da chegada dos europeus<sup>14</sup>.



MAPA DE EXPANSÃO PRÉ-HISTÓRICA DOS GUARANI E DOS TUPINAMBÁ COM BASE NOS ESTUDOS LINGÜÍSTICOS DE GREG URBAN E ARQUEOLÓGICOS DE JOSÉ BROCHADO. BASE: BROCHADO, 1984 (ADAPTADA)



13 José Benites, liderança da Aldeia do Amaral, 2018.

14 NOELLI, 2014, passim.

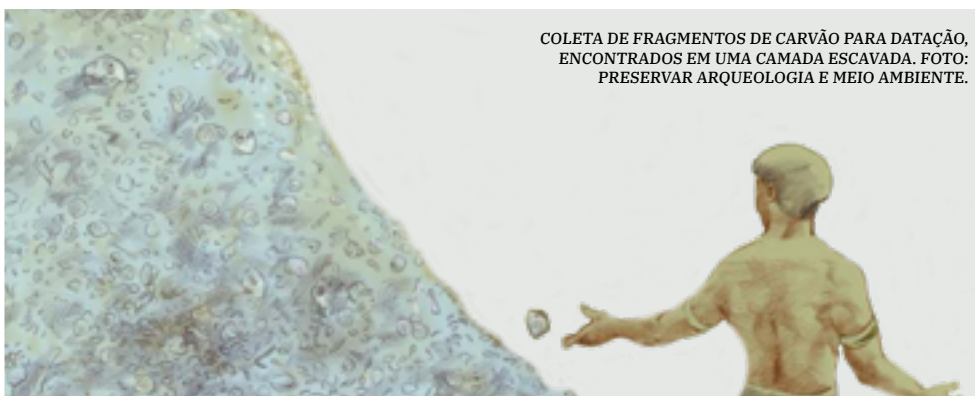


## OS SAMBAQUIS E OS GUARANI

Os sambaquis são, sem dúvida, um dos principais e mais chamativos sítios arqueológicos existentes no Brasil. Encontrados em uma ampla faixa do nosso litoral e com uma antiguidade que ultrapassa 6.500 anos antes do presente, os sambaquis são montes artificiais construídos através do acúmulo de conchas ao longo dos séculos, formando elevações arredondadas que podem atingir vários metros de altura. Essas grandes estruturas, resultantes de restos alimentares de antigas populações, podiam servir também de habitação, sendo encontrados, junto às camadas de conchas, diversos vestígios de atividades cotidianas, objetos de pedra e de ossos, restos de fogueira, ossos de animais, adornos e, até mesmo, fragmentos de cerâmica. Vários vestígios cerâmicos guarani já foram localizados nas partes mais superficiais dos sambaquis, indicando a existência de uma relação entre os construtores de montes de conchas e os antepassados dos atuais Guarani.

Essa relação entre os povos dos sambaquis e os próprios Guarani se faz presente, também, no conhecimento tradicional indígena, repassado dos mais velhos para os mais novos ao longo das gerações. Segundo essa sabedoria, existiria uma ligação entre o Guarani de hoje e o de antigamente. Mas como os historiadores ou conquistadores chamavam diferente, [...] então cada conquistador que chegava ia ser o primeiro a descobrir. Então, na verdade, [os grupos que construía os sambaquis] eram os Guarani mesmos, só que também eram diferentes porque era muito tempo atrás. A gente tem essa ligação [...] com os sambaquis, que a gente entende que é do povo Guarani, que é do Guarani<sup>15</sup>.

As populações dos sambaquis seriam, nas narrativas indígenas, os Guajaki, fortes e bravos guerreiros que defendiam as aldeias guarani. Existiriam, no sistema defensivo dos Guarani do litoral, três círculos: o primeiro, onde se encontra a comunidade guiada pelo xeramõi (literalmente significa avô, mas também é usado para designar uma pessoa com muita sabedoria); o segundo, formado pelos kerembá, guerreiros que tentavam amenizar todos os tipos de briga sem provocar mortes; e o terceiro, composto pelos Guajaki, que “seriam mais ainda que Kerembá” e “estavam ali pra matar mesmo”<sup>16</sup>. Estes eram, índios mais brabos, retirados e agressivos, não podendo “mexer com eles” e que, com a chegada dos invasores europeus, “ficaram [...] fugindo dos não indígenas”<sup>17</sup>.



COLETA DE FRAGMENTOS DE CARVÃO PARA DATAÇÃO, ENCONTRADOS EM UMA CAMADA ESCAVADA. FOTO: PRESERVAR ARQUEOLOGIA E MEIO AMBIENTE.

15 José Benites, liderança da Aldeia do Amaral, 2018.

16 Marco Antônio, liderança da Aldeia Massiambu, 2018

17 José Benites, liderança da Aldeia do Amaral, 2018

## A CERÂMICA GUARANI

Os recipientes cerâmicos guarani sempre chamaram a atenção dos arqueólogos, seja por sua complexidade e beleza, seja porque apresentam uma incrível uniformidade, apesar da imensa distribuição geográfica, fazendo com que vestígios de um mesmo período, mas de áreas completamente diferentes do país, sejam muito semelhantes.

A cerâmica, nascida das habilidosas mãos femininas, teve sua tradição passada de mães para filhas ao longo de muitas gerações. O nascimento de uma vasilha se iniciava através da mistura de dois elementos: a argila e o tempero – pequenos fragmentos de ossos, conchas trituradas e cacos cerâmicos moídos –, que dava liga à pasta evitando possíveis quebras da peça durante o processo de secagem. Em seguida, a vasilha ia ganhando vida através do acordelamento, técnica na qual vários rolos de pasta em forma de anéis são sobrepostos uns sobre os outros e depois são unidos por meio da pressão da ponta dos dedos, transformando-se em uma peça homogênea. Depois de todos os rolos estarem juntos e já existir o formato final, duas eram as opções: colocar a peça para secar ou embelezá-la. Além das pinturas, que eram feitas com bastante maestria e podiam possuir diversos temas geométricos, existia também as decorações plásticas, em que a arte era realizada na própria pasta ainda úmida, através de variadas técnicas.



As vasilhas guarani tinham diversos formatos e tamanhos, sendo destinadas, principalmente, para armazenar líquidos, transformar os ingredientes em alimentos e consumir a comida preparada. Os potes de maior tamanho possuíam, muitas vezes, uma quarta função: guardar e proteger os restos mortais dos falecidos. Um interessante uso da cerâmica no litoral apontado pelos indígenas foi para o armazenamento de frutos do mar, alimentos que possuem a tendência de estragar, se mal conservados, com relativa rapidez:

A cerâmica tinha toda uma utilidade. A forma de armazenamento dos frutos do mar, por exemplo. Os frutos do mar têm tendência de se decompor muito rápido, então era uma forma de armazenamento de alimentos, diferente de você pegar uma carne de caça, que você moqueia, que você deixa pendurada lá no sol e ela fica seca. Então era mais fácil armazenar num pote de cerâmica. Tanto era armazenado os alimentos, quanto a água, até mesmo como urna, dependendo de qual era a finalidade<sup>18</sup>.

18 Hyral Moreira, liderança da aldeia M'Biguaçu, 2018.

A produção de cerâmica, no mundo tradicional guarani, não estava condicionada apenas ao ato de fazer. Respondia, também, a uma série de códigos e dons que a pessoa precisava trazer consigo desde o seu nascimento. Conforme as narrativas guarani, “no passado tinha uma organização bem grande, principalmente não eram todos que podiam mexer com o barro. Apenas algumas pessoas sabiam trabalhar com isso. Não eram todos que sabiam ir lá e tirar a argila, porque tem que ter uma autorização, não era simples”<sup>19</sup>. Era necessária uma negociação com os idja, donos do material e, muitas vezes, os kerembá, aqueles que podiam tirar a argila e a pedra da natureza, “tinham que lutar com esses espíritos”. As pessoas que não eram kerembá “iam e tiravam, mas quando voltavam acabavam ficando doentes. Muitas pessoas faleciam, porque o dono os pegava. Era muito perigoso. Então, só os guerreiros mesmo, que lutavam com as feras do dia a dia e também com as feras da espiritualidade que conseguiam”<sup>20</sup>.



VASILHAS CERÂMICAS GUARANI. ACERVO DO MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (MAE-UFPR). FOTO: UFPR.

19 Eunice Kerexu, Aldeia Morro dos Cavalos, 2018.

20 Idem

Quando os invasores europeus chegaram havia de dois a oito milhões de pessoas em todo seu território, que compreendia, naquele momento, imensas áreas existentes entre o Chaco e o Atlântico, incluindo a maior parte dos atuais territórios do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul, além de partes dos países vizinhos. O primeiro registro do contato

entre os Guarani e os europeus no sul do continente americano foi feito por Binot Palmier de Gonneville, comandante do navio francês L'Espoir, que desembarcou em 1504 onde hoje é território do município de São Francisco do Sul. Segundo as fontes documentais, a tripulação do navio foi socorrida por indígenas Guarani, que forneceram alimentos durante meses aos europeus, até que eles se

recuperassem e pudessem retornar à Europa. Essa primeira experiência teria sido amistosa, sendo marcada, principalmente, pela curiosidade de ambas as partes: enquanto os europeus se impressionavam com o modo de vida dos índios no exuberante ambiente florestal, os Guarani, provavelmente, também se impressionaram com aqueles estranhos homens brancos, barbudos e que, vestidos dos pés às cabeças, ficavam em cima de uma enorme embarcação vinda do além-mar, local onde os Guarani acreditam viver seus heróis míticos, originários da “terra sem mal”:

*Na história dos Guarani, na nossa crença, quando Nhanderu tem uma boa visão de nós, quando somos puros, nós vamos no Paraíso. Somos levados com alma e corpo. Não tinha que primeiro morrer e depois ser levada a alma, essa divisão não existia. Mas, de onde que Nhanderu vinha para pegar esse corpo? Vinha do mar. É por isso que depois de muito tempo depois do surgimento dos Guarani lá no Centro da Terra [yvy mbyte], os Guarani começaram a se espalhar e a ficar mais no litoral. Para chegar ao Paraíso, tinha que estar perto do mar<sup>21</sup>.*

Os Guarani, aos olhos de Gonneville, eram “gente simples, que não pediam mais que levar uma vida

alegre [...], vivendo da caça e da pesca, e do que a terra lhes dá por si, e de alguns legumes e raízes que plantam”<sup>22</sup>. Os jovens e a maioria dos homens usavam mantos “como aqueles que usam em seus países os egípcios, [...] exceto que são mais curtos, indo até os joelhos, nos homens, e nas mulheres até o meio das pernas; pois homens e mulheres se vestem da mesma maneira, exceto que a vestimenta da mulher é mais longa”<sup>23</sup>. A descrição de Gonneville vai de encontro às histórias contadas pelos Guarani mais antigos, que ouviam desde a sua infância sobre os registros materiais do povo Mbya: o tembeó e o tembe kuaa.

*[...] cada etnia tem um registro, porque petyngúá [cachimbo] não é só uma etnia que usa. A minha mãe diz que o registro mesmo dos Mbya é o tembe kuaa, [...] o furo no beicho. Que é Guarani mesmo, né. Só tem um furo. Têm algumas etnias que furam a orelha, já é diferente<sup>24</sup>.*

*[...] E também tem a roupa, né, o tembeó. Antigamente tinha... Parece que a mesma língua, mas era outra etnia. Por isso tem que saber a [diferença] pela roupa também, né. No dia-a-a-dia<sup>25</sup>.*

O tembe kuaa era um elemento característico dos homens. O furo, realizado com o espinho de um ouriço-do-mato ou com algumas partes

21 Marco Antônio, liderança da Aldeia Massiambu, 2018.

22 PERRONE-MOISES, L. Vinte luas: viagem de Palmier de Gonneville ao Brasil, 1053-1505. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 21.

23 Idem.

24 Marciano Pereira, liderança da Aldeia do Amâncio, 2018.

25 Idem.

específicas do pindó, ocorria na passagem da infância para a juventude, sendo uma forma de marcar a transição. O tambeó, geralmente feito de algodão e fibras, não recebia cores, desenhos ou qualquer tipo de decoração. Havia ainda, na indumentária, “um paninho [...] nas costas” e “cocar de [...] algodão também, porque o Guarani mesmo não usa aquele de pena. [...] Ele tem cocar, mas só é de algodão. [...] Pena já era de outra etnia”.

No ano de 1515, uma nova expedição surgiu nas terras litorâneas: a de Juan Díaz de Solís, que teve uma nau naufragada próximo à Ilha de Santa Catarina, na foz do rio Massiambu. Neste ponto, os sobreviventes do naufrágio estabeleceram fortes alianças com o líder local Tupã Verá, estimulando o aumento da produção agrícola indígena e permitindo o abastecimento de embarcações que ali aportariam: 1521 (Cristóvão Jacques), 1526 (Rodrigo de Acuña, Sebastián Caboto), 1536-1538 (Gonzalo de Mendoza) e 1541 (Cabeza de Vaca). Vários sítios arqueológicos situados em Palhoça, Garopaba e Paulo Lopes estão inseridos nessa região, onde atualmente situa-se a Aldeia Guarani Massiambu e os rios Massiambu e Massiambu Pequeno, limites da Aldeia Guarani Morro dos Cavalos<sup>26</sup>.

Pouco tempo depois, Aleixo Garcia, um dos companheiros de Juan Díaz de Solís que permaneceu entre os Guarani de Santa Catarina por alguns anos, empreendeu a primeira

travessia conhecida pelo interior do Brasil Meridional com a intenção de alcançar o território peruano, onde os indígenas lhe disseram existir portentosas riquezas em ouro e prata. A transposição da enorme barreira natural que separa a costa do interior foi realizada por meio do Caminho do Peabiru, rota pré-colonial que possuía mais de duzentas léguas unindo, por meio de suas vias, os litorais paulistano, paranaense e catarinense ao peruano. Este longínquo caminho teria se originado, conforme as histórias contadas pelos Guarani, com a caminhada em busca dos antigos pontos de passagem dos antepassados, sendo “sagrado” porque “fazia a comunicação com outros povos”. O Peabiru “existia mais para comunicação, muitas vezes não de vivência, mas para comunicação espiritual ou também para conhecer outro povo”<sup>27</sup>.

Após Aleixo Garcia, outros exploradores tiveram passagem pela Ilha de Santa Catarina, como Sebastião Caboto (1527), Álvaro Nuñez Cabeza de Vaca (1541), Hans Staden (1557) e Ulrich Schmidel (1599). Sebastião Caboto, antes de abandonar o litoral e rumar para o interior, registrou a existência de cinco aldeias guarani na região da Ilha de Florianópolis: Riberacô, Tiguá, Tameubre, Trinoga e Abeçapecaú. Algumas décadas depois, Hans Staden, antes de se tornar um cativo dos Tupinambás de Bertioga, anotou, durante sua passagem pela região do Porto dos Patos, que os Guarani estavam paulatinamente abandonando a Ilha para se estabelecer no continente, em uma

26 DARELLA, M. D. P. Territorialidade e territorialização Guarani no litoral de Santa Catarina. In: Tellus, ano 4, n. 6, 2004, p. 79-110

27 José Benites, liderança da Aldeia do Amaral, 2018.

aldeia chamada Acutia. Passados poucos anos, mais um grupo Guarani saiu da região, fugindo para a região nomeada de Porto da Lagoa dos Patos, hoje correspondente a Laguna.



MAPA PRODUZIDO POR HANS STADEN EM 1549 E INTITULADO "INSULAE SANCTE KATHIA". NELE, É POSSÍVEL VER UMA ALDEIA DE CARIJÓS NA PARTE CONTINENTAL DA ILHA DE SANTA CATARINA, DENOMINADA, PELO VIAJANTE, DE ACUTIA

Um dos mais completos relatos sobre os índios Guarani realizados no século XVI é oriundo da expedição de Álvaro Núñez Cabeza de Vaca, um explorador de terras espanhol que cruzou, juntamente com o apoio de indígenas que conheciam as trilhas do Peabiru, as extensas paragens do interior com o intuito de atingir os primeiros núcleos espanhóis no extremo oeste do Paraná e, finalmente, o território de Assunção, onde se encontrava Domingo Martinez de Illara tentando iniciar a colonização espanhola na região. Partindo da Ilha de Florianópolis, Cabeza de Vaca e sua expedição, em muitos momentos, tiveram contato direto com várias parcialidades e grupos indígenas, com as quais mantiveram, conforme seus relatos, amistosas e cordiais relações:

*Ao longo dos [...] dias, tendo acabado os suprimentos que levaram quando começaram a marchar, e não tendo o que comer, agradeceu a Deus que [...] descobrissem as primeiras populações que dizem do campo, onde encontraram certos lugares de índios, que o senhor e principal tinha como nome Añiriri, e a um dia deste povoado estava outro, onde existia outro senhor e principal que tinha por nome Cipoyay e adiante deste povoado estava outro povoado de índios, cujo senhor e principal disse ser chamado Tocanguanzu<sup>28</sup>.*

Todas essas populações indígenas, identificadas pelo conquistador como pertencentes às tribos Guarani, ocupavam vastas porções de terra, cultivando algumas espécies vegetais – sobretudo a mandioca e o milho. Em épocas de chuvas, assentavam suas aldeias nas beiras dos rios, onde pescavam, criavam animais e desenvolviam o cultivo de suas plantações. Já em épocas de cheias, passavam para áreas mais elevadas e seguras, provendo suas necessidades através da caça e da coleta de mel e outros alimentos<sup>29</sup>. Conforme notou o historiador e antropólogo Lúcio Tadeu Mota, “Cabeza de Vaca evitou transitar pelos territórios dos Kaingang, por isso desviou-se dos Koran-bang-rê (campos de Guarapuava) e dos Kreie-bang-rê (campos de Palmas) e seguiu o caminho indicado pelos Guarani ao norte”. O relato de Cabeza de Vaca é importantíssimo neste sentido, porque ele informa que “todo o interior do Paraná estava habitado e, ao mesmo tempo, mostra que havia uma divisão política entre esses diversos grupos”<sup>30</sup>, com os Kaingang dominando os campos e planaltos centrais, enquanto os Guarani dominavam praticamente todo o restante desse imenso território. Subscrevendo essas mesmas informações, no pensamento guarani:

*Historicamente os povos da região eram como se fosse hoje, [com] os estados constituídos, só que, nesse caso, seria de povos. Cada povo respeitava o limite do outro. E aí vem a questão da própria prática também.*

28 CABEZA DE VACA, A. N. Naufragios y Comentarios. Madrid: M. Aguilar Editor, 1945.

29 Ibid, p. 227.

30 MOTA, Lúcio Tadeu (org.). História do Paraná: Pré-história, colônia e império. Maringá: Eduem, 2011. P. 56

Os Kaingang e Xokleng eram povos mais coletores. Eles viviam mais da coleta da mata, por isso eles estão mais próximos do centro. [...] Na faixa litorânea tinha mais a prática da pesca, dos frutos do mar e, até mesmo, a adaptação climática. O povo Guarani é sensível ao clima frio. A região litorânea mesmo no inverno não é tão frio. E eles [os Kaingang] tinham a prática de coletar pinhão. iam até a serra e voltavam [porque dali adiante era território Guarani]. Falavam que tinham medo dos outros indígenas, em que era questão territorial e cada um tinha seu domínio. Tinha essa migração, de ir à serra e voltar. É por isso que, hoje, você vê Guarani indo para o Oeste. Mas, territorialmente, já existia esse limite territorial [entre grupos]. Com a vinda dos não-indígenas, acarretou ainda mais essa migração<sup>31</sup>.

A chegada da expedição de Cabeza de Vaca ao Paraguai marcou o início da chamada “Conquista do Prata”, desencadeada por Domingo Martinez de Irala em cumprimento às ordens do Rei da Espanha. Dando início à tentativa de colonização da região do antigo Guairá, foi estabelecido o desumano sistema de “encomiendas”, considerado “um primeiro ensaio [...] do domínio da terra para o exercício do império sobre os nativos,

isto é, a apropriação do espaço dos povos ameríndios e de sua força de trabalho”<sup>32</sup>. A encomienda, em traços gerais, se estruturava da seguinte maneira: o colono, através de concessões, tinha o direito de explorar os grupos ou as comunidades nativas durante toda a sua vida; contudo, em troca dessa exploração, deveria pagar um tributo à Coroa e, ainda, realizar a proteção e a educação, nas doutrinações da fé cristã, daqueles que se encontravam sob seus “cuidados”. É muito difícil determinar o número de índios que foram encomendados neste período, podendo-se supor cerca de vinte mil, distribuídos por aproximadamente trezentos encomenderos da região<sup>33</sup>.

A primeira cidade a ser estabelecida no Guairá foi Ontiveros (1554), instalada na margem do rio Paraná e, especificamente, em terras da povoação indígena de Canindeyú. Logo após, também no vale do rio Paraná, foi criada a Ciudad Real del Guairá (fins de 1556 ou 1557), ocupando terrenos concernentes a uma grande aldeia indígena pertencente ao cacique Guairá. Por último, foi fundada, próximo ao rio Piquiri, a Comunidade de Villa Rica del Espíritu Santo (década de 1570). Esta comunidade, poucos anos depois, foi transferida para a margem esquerda do rio Ivaí, se fixando em território pertencente ao cacique Coraciberá<sup>34</sup>. Em Ciudad Real, sede da Província do Guairá em inícios do século XVII, “os índios

31 Hyral Moreira, liderança da Aldeia M’Biguaçu, 2018.

32 SCHALLENBERGER, E. O Guairá e o espaço missioneiro: índios e jesuítas no tempo das missões rio-plantenses. Cascavel: Coluna do Saber, 2006, p. 38.

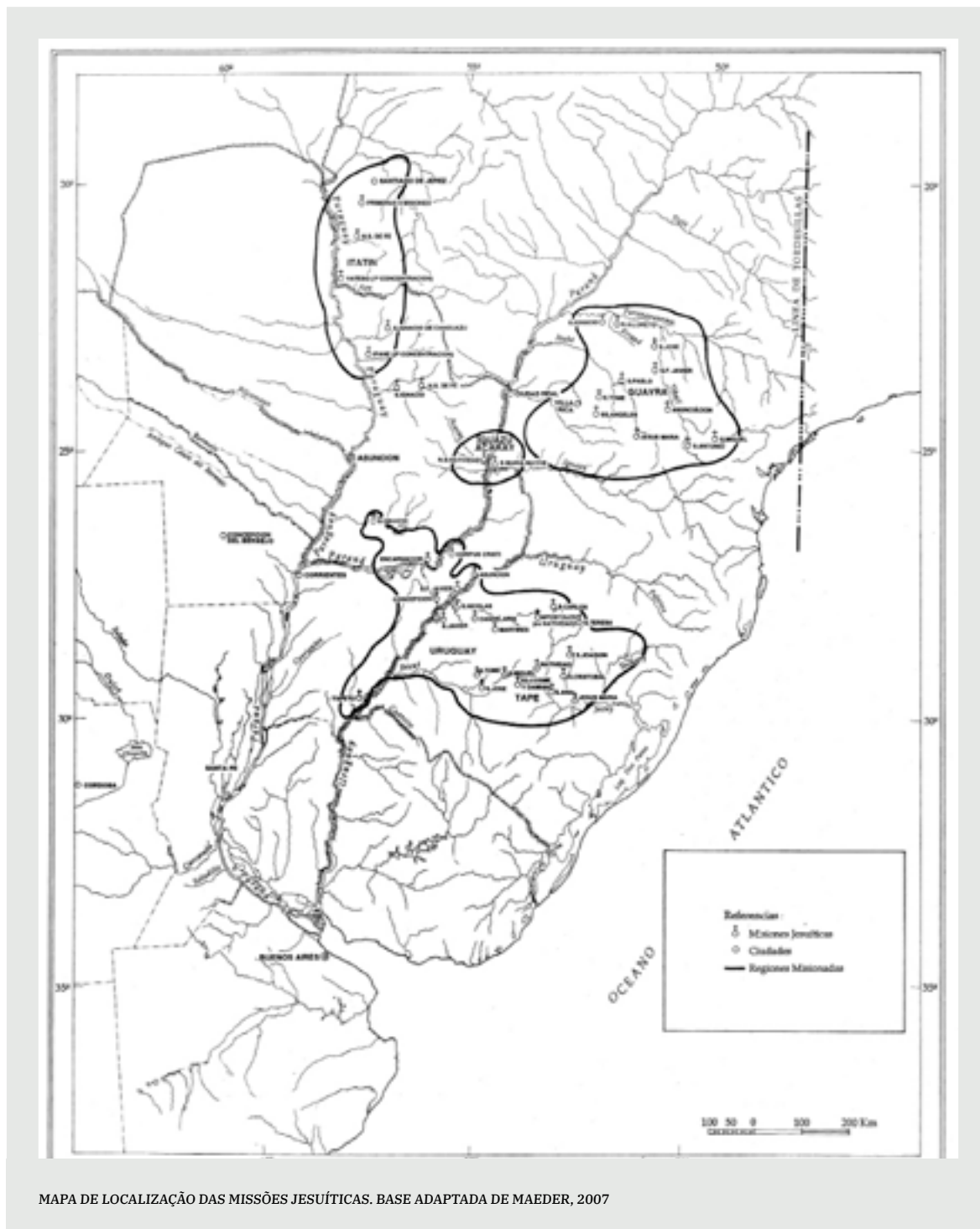
33 RUBIO, J. N.M. Exploración y Conquista del Río de La Plata (Siglos XVI e XVII). Salvat Editores, Imprensa Hispano-Americana. Barcelona, 1942.

34 CHMYZ, I. Arqueologia e história da vila espanhola de Ciudad Real do Guairá. In: Cadernos de Arqueologia, Paranaguá, Ano 1 – n°1, p. 7-104, 1976.



das cercanias, bastante numerosos, foram distribuídos em setenta encomendas”<sup>35</sup>.

Os indígenas reagiram às investidas de dominação e submissão. Após ser vencido em seu combate aos índios, Hernando Arias de Saavedra, então Governador de Assunção,



35 RUBIO, Op. Cit., p. 288.

sugeriu ao rei espanhol Felipe III “a renúncia das armas na submissão do [indígena] e a sua substituição pela conversão confiada a missionários que lhes levassem a palavra do Evangelho”<sup>36</sup>. Como medida para solucionar a incumbência que lhe foi dada, a Companhia de Jesus concentrou sua ação missionária em torno da organização e fundação de aldeamentos indígenas. Estes aldeamentos – também conhecidos como reduções –, conforme o jesuíta Antonio Ruiz de Montoya<sup>37</sup>, eram povoados ou povos de índios que, vivendo às suas antigas usanças em serras, selvas e vales, foram reduzidos pela diligência dos padres a grandes povoações e à vida política e humana.

Por divergirem com a exploração explícita dos indígenas pelos colonos, os missionários jesuítas se afastaram dos núcleos coloniais, estabelecendo as missões na região do Guairá. Assim, principalmente a partir de 1610 e em menos de duas décadas, foram formadas mais de dez reduções no oeste do Paraná, tendo o rio Tibagi como limite máximo da expansão. Em geral, os aldeamentos obedeceram a um plano urbanístico padrão, composto por uma praça maior, igreja e habitação dos padres e dos chefes indígenas. Mesmo passando da habitação coletiva para as casas nucleares, os indígenas nunca deixaram de reproduzir os laços de parentesco e as relações entre as casas e a chefia tradicional dentro da ordenação das quadras da redução. As terras do aldeamento eram de uso comunal e as lavouras, principalmente de

mandioca e milho, eram coletivas. Os Guarani tiveram diversas formas de resistência diante da prática missionária. Além das rebeliões armadas, desencadeadas por vários líderes e caciques diante da perda da tão cara liberdade, muitos indígenas optaram por formas de preservar o seu universo cultural, mesmo diante de inúmeras adversidades. A religião, para o povo Guarani, teve um papel primordial:

*O Guarani, o povo Guarani é muito religioso. Então tinha muita ligação, assim, com [o mundo] espiritual. Isso ajudou muito na preservação, não somente física, porque física é mais complicado, né... Porque, [se] você está vivendo ali, tem que ter o contato, tem que falar em outra língua. [...] Na época, por exemplo, lá da repartição dos jesuítas, até para não falar [em Guarani] eles dividiam as pessoas em grupos separados e ensinavam a rezar ali na Igreja, proibindo de falar o Guarani. E quem não falava ganhava mais prêmio, né, por assim dizer. Quem falava mais o português. Quem falava o Guarani, de repente levava castigo... Mas, no entanto, os Guarani se faziam de bobos muitas vezes, e com isso foram preservando a língua, a cultura. O Guarani teve muito essa estratégia<sup>38</sup>.*

Uma outra forma de preservação tanto física quanto cultural foi a migração em busca de novas terras,

36 MARTINS, R. História do Paraná. Curitiba: Editora Guaira Limitada, 1953.

37 MONTOYA, A. R. Conquista Espiritual feita pelos religiosos da Companhia de Jesus nas Províncias do Paraguai, Paraná, Uruguai e Tape. Porto Alegre: Martins Livreiro Ed., 1985.

38 José Benites, liderança da Aldeia do Amaral, 2018.

onde os Guarani pudessem viver ao seu modo. Para o antropólogo Bartolomeu Melià<sup>39</sup>, ao ameaçar a sobrevivência guarani, a experiência colonial acabou fomentando um dos principais dispositivos da cultura guarani, que é a migração de inspiração profética. Continuamente e ao longo dos séculos, os Guarani se deslocaram, junto a um karai (profeta, líder religioso), à procura de terras para o

estabelecimento de novas tekoha e para a concretização do nhande reko, o modo de ser guarani. A tekoha é, no universo guarani:

[...] um lugar, um “modo de ser” guarani. Um modo de ser da cultura. Tekoha é um lugar onde a família se instala, onde a famílias faz seus plantios, onde tem a casa de reza. Tekoha



MAPA PRODUZIDO, EM 1616, POR WILLEM BLAEU E DENOMINADO “PARAGVAL, OU PROVÍNCIA DO RIO DE LA PLATA, COM AS REGIÕES ADJACENTES TUCAMEN E SANTA CRUZ DE LA SIERRA”. APESAR DE FOCAR, ESPECIALMENTE, A REGIÃO DO PARAGVAL, É POSSÍVEL IDENTIFICAR ÁREAS CONCERNENTES AO TERRITÓRIO GUARANI TANTO NO INTERIOR QUANTO NO LITORAL, ONDE FORAM APONTADOS COMO “CARIORES”

39 Cf. MONTEIRO, J. M. Os Guarani e a história do Brasil meridional, séculos XVI-CVII. In: CUNHA, Manuela C. (Org.) História dos índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p.482.

*é tudo para nós. É onde nós vivemos com a nossa própria cultura. Sem tekoha, não há cultura*<sup>40</sup>.

*Aldeia pode ser em qualquer lugar, onde tem um grupinho de indígena... Um grupinho de família, né? Aí pode ser uma aldeia. Mas quando fala de Tekoha, então Tekoha é a nossa cultura, é onde a gente faz a nossa cultura. Pra isso tem que ter espaço suficiente. É onde a gente faz a nossa cultura, onde a gente faz a nossa vida*<sup>41</sup>.

O desenvolvimento dos aldeamentos missionários, o avanço da conquista espanhola e as crescentes incursões portuguesas pelo território em busca de escravos para serem levados às regiões produtoras de açúcar colocaram os indígenas diante de um contexto muito difícil, em que era preciso optar entre o enfrentamento e a resistência mais explícita ou a fuga e a dispersão para áreas de difícil acesso, valendo-se da característica mobilidade guarani.

Essa noção geral parece ser confirmada pelas investigações arqueológicas, que sugerem um processo de diminuição do tamanho das aldeias, acompanhado por um “empobrecimento” dos objetos produzidos entre os séculos XV e XVII, resultante da enorme pressão exercida sobre os povos indígenas.

A ocupação colonial foi, no começo, bem mais expressiva na região do Guairá do que na própria costa do

atlântico sul, por onde desembarcaram os primeiros invasores europeus. Apesar de existirem documentos escritos que apontam para o “desaparecimento” Guarani na região da Ilha de Florianópolis já em inícios do século XVII, alguns estudos arqueológicos realizados na porção norte da Ilha revelam que, mesmo com a expansão do invasor colonial, alguns grupos resistiram e não abandonaram suas aldeias e tekohas.

Essa situação pode ser constatada em um sítio arqueológico inserido na porção nordeste da Ilha de Santa Catarina e chamado Travessão do Rio Vermelho, onde se identificou uma aldeia de médio porte com vestígios de várias habitações e objetos associados à realização de atividades cotidianas. As datações realizadas a partir de carvões oriundos de antigas fogueiras mostraram que o local foi habitado de forma contínua entre os séculos XVI e XVII, estando os Guarani ali presentes até, pelo menos, a década de 1660. Os achados arqueológicos vão de encontro às narrativas transmitidas pelos Guarani, que informaram que

*quando saíram da Ilha, eles [os Guarani] adentraram o continente ali na altura de Morro dos Cavalos. Por isso Morro dos Cavalos é uma das terras mais antigas que existe, que é reconhecida pelos Guarani, tanto Ñandeva quanto Mbya. Então, o que conta meu bisavô é que os indígenas que viviam lá depois do massacre que houve, eles passaram no limite entre*

40 Marcelo Benite, liderança da Aldeia Canelinha, 2018.

41 José Benites, liderança da Aldeia do Amaral, 2018.

Morro dos Cavalos, porque era a parte mais estreita da Ilha, pra cruzar a Ilha. Então, ali era o ponto mais estratégico pra entrar e sair da ilha. [...] Na época, ele fala que ali nem era conhecido como Morro dos Cavalos, chamavam de “Garganta do Diabo”. Eles passaram ali naquela parte que é mais estreita, do braço do mar, passaram por Morro dos Cavalos. Ao se sentirem incomodados pela presença do não índio, começaram a subir e foram subindo, até chegarem na região de Chapecó<sup>42</sup>.

Durante os séculos XVIII e XIX, existem poucos registros sobre a presença guarani no litoral de Santa Catarina. Essa situação, entretanto, não quer simplesmente dizer que desapareceram de forma pacífica dos novos cenários que se formavam ou, ainda, que eram submissos à realidade colonial e nacional. Os Guarani, sujeitos de sua própria realidade, foram capazes não somente de se adaptar e se ajustar às novas condições, mas, principalmente, de resistir e tentar manter suas tradições à sua maneira. Uma das formas de resistência apontada pelos indígenas, nesse sentido, foi a de se “camuflar” e de se manter “invisível” perante a sociedade, considerando-se, ao invés de indígena, “caboclo”: “as famílias, [para sobreviver], ficavam assim por um bom tempo, dizendo, muitas vezes, que não eram indígenas. Ficavam mais conhecidos como caboclos, fazendo essa estratégia. [...]

Com isso foram preservando a língua, a cultura. O Guarani teve muito essa estratégia [...], tanto é que até hoje é conhecido como um povo mais pacífico”<sup>43</sup>. Outra forma encontrada para se proteger diante do rápido avanço da cultura ocidental foi, “se espalhar”, pois “o povo Guarani não é do confronto”<sup>44</sup>.

No século XX, com o desenvolvimento das grandes cidades, com o crescimento das atividades agropecuárias e, ainda, com o desflorestamento das matas, o povo Guarani perdeu a imensa maioria de seu território, ficando cada vez mais confinado em pequenos remanescentes florestais existentes na região Sul e Sudeste do país. Além disso, o contato com os não indígenas se tornou inevitável, impondo inúmeras dificuldades à manutenção do modo de ser guarani.

Diante de tantas situações adversas, era a hora de percorrer e trilhar os mesmos caminhos feitos pelos antepassados. A importância da região litorânea para os Guarani nunca foi esquecida pelas novas gerações, pois, “a descendência das pessoas que voltaram para o Centro da Terra passou informações para o pessoal, passando a cultura e falando que um dia a gente teria que voltar de novo para os locais onde passamos, onde nossos ancestrais passaram”<sup>45</sup>. O caminhar guarani pelo Yvy Rupa – que significa “terra que nos acolhe” – foi guiado, sobretudo, por mensagens transmitidas pelo espírito, que indicava aos grupos os antigos pontos

42 Hyral Moreira, liderança da Aldeia M’Biguaçu, 2018.

43 José Benites, liderança da Aldeia do Amaral, 2018.

44 Hyral Moreira, liderança da Aldeia M’Biguaçu, 2018.

45 Marco Antônio, liderança da Aldeia Massiambu, 2018.

e lugares percorridos pelos ancestrais durante sua busca pela Terra sem Males:

*Quando teve essa volta do povo Guarani [para o litoral] era mais em busca da Terra sem Males mesmo, para buscar os pontos de passagem, os pontos onde tiveram aldeia. Na época, tinha alguns Guarani que atravessavam mesmo, então tinha as aldeias no caminho. E, através do espírito, então, era indicado aonde tinha aldeias. Então a gente, depois disso, teve a caminhada para conhecer os pontos onde esses antepassados passaram. É por isso que teve essa volta do Guarani para o litoral<sup>46</sup>.*

*Desde antigamente [os Guarani] caminharam pra cá, para o litoral, por essa visão e para tentar alcançar a Terra sem Males<sup>47</sup>.*

Um importante registro deste “semear dos lugares onde os Guarani estavam” é o de uma aldeia que existiu, até meados da década de 1960, próximo à atual ponte que conecta o continente com a Ilha de Florianópolis: ali, perto do Atual Terminal Rodoviário Maria Rita, viveram por vários anos aproximadamente quatro famílias. Outro ponto de referência presente nas memórias indígenas, no interior da Ilha, é a atual localização do Mercado Municipal: “lá no centro, onde hoje é aquele

mercadão, nós ficávamos todos ali. Naquela época, era pequeno... Nós fazíamos barracas ali também, ali no mercadão para a frente. Acabamos todos morando ali”<sup>48</sup>. Além destes dois locais, a Região do Morro dos Cavalos, se tornou uma forte referência para os grupos que adentravam o litoral catarinense, atuando como “um dos espaços onde as famílias se reuniam para esperar o momento” de rumar para a Terra sem Males. Entre as décadas de 1960 e 1970, moravam em Morro dos Cavalos cerca de treze pessoas, que encontraram no artesanato e no cultivo de pequenas roças os principais meios para sobreviverem.

Na região continental existiram, além de Morro dos Cavalos, algumas outras áreas indígenas. É o caso, conforme as histórias contadas entre os Guarani ao longo dos anos, das aldeias que se localizavam “quase na cabeceira da ponte, em São José”, onde “não tinha nada, só um banhado, espinheiros e boqueiros”<sup>49</sup>, e, ainda, na Praia de Fora, que, antigamente, “era formada por dunas de areia” e agregava, em seu solo, algumas famílias guarani que viviam por ali; porém, “um pouco foi embora, outros morreram... Aí só ficou nós em si”<sup>50</sup>.

Aos poucos, com o caminhar de vários grupos e com as constantes lutas de algumas lideranças, foram reestabelecidos diversos pontos ao longo do amplo território guarani, permitindo a volta de muitos para o litoral – local

46 José Benites, liderança da Aldeia do Amaral, 2018.

47 Marciano Pereira, liderança da Aldeia do Amâncio, 2018.

48 Lúcia Moreira, moradora da Aldeia Praia de Fora 2, 2018.

49 Hyral Moreira, liderança da Aldeia M'Biguaçu, 2018.

50 Lúcia Moreira, moradora da Aldeia Praia de Fora 2, 2018.

de sua origem familiar – e a possibilidade de preservar, mesmo que com muitas dificuldades, o seu nhande reko (jeito de ser). Atualmente existem, na Região Metropolitana de Florianópolis, Morro dos Cavalos (Itaty e Yaka Porã), Massiambu (Pira Rupá), Praia de Fora I, Praia de Fora II (Ka'Arã), Cambirela, Biguaçu (Yynn Moroti Wherá), Amaral (Mymba Roka), Amâncio (Ygua Porã), Itanhaém e Canelinha (Tava'í).





# A cultura guarani na atualidade



O litoral central de Santa Catarina, como anteriormente explorado, é uma tradicional área de intensa presença e circulação dos povos Guarani. Contudo, com o avanço da ocupação colonizadora ao longo dos séculos, todo o território foi, aos poucos e gradativamente, entrecortado por aglomerados urbanos, áreas de turismo, rodovias, áreas de agricultura intensiva e, até mesmo, unidades de conservação ambientais. Atualmente, as áreas ocupadas pelos grupos Guarani representam, portanto, apenas pequenos fragmentos de um vasto território. Alguns destes fragmentos foram adquiridos por meio de indenizações e aquisições; outros, passando por processos de identificação, foram reconhecidos pelo Governo Federal como Terras Indígenas.

As comunidades mais antigas, apontadas pelos próprios indígenas, são Morro dos Cavalos, Cambirela e M'Biguaçu; grande parte das demais tiveram a reocupação de seus territórios tradicionais ao longo do início do século XXI, recebendo, em suas terras, pequenos grupos das aldeias mais antigas e, também, parentes de diversas regiões.

Apesar das comunidades atuais possuírem relativa proximidade com as cidades e, desse modo, uma proximidade com aspectos da cultura não indígena, o modo de viver guarani é constantemente recriado e ressignificado. Repassado de geração a geração, o Nhandereko – ou seja, o jeito de ser guarani – é manifestado no dia a dia das aldeias através dos mais

diversos elementos, seja através da língua, da religiosidade, da espiritualidade, dos cuidados com a saúde, da música, da dança, da agricultura ou, até mesmo, das produções de objetos artesanais e da compreensão da própria paisagem. Na cultura guarani tudo é conectado e interage entre si. Um canto representa uma profunda imersão com o mundo espiritual, com os objetos, com a paisagem e com a própria realidade; uma peça artesanal, para além de um simples elemento decorativo ou utilitário, carrega histórias, mitos e lendas que ainda se fazem vivamente presentes. Neste sentido, conforme abordado por uma das lideranças, “no mundo guarani, é tudo junto; [...] o povo Guarani não divide as coisas: é tudo a partir de tudo, na verdade, quando você vê, é uma coisa só”.

Nas páginas a seguir, temos a oportunidade de conhecer e registrar um pouco mais sobre a cultura guarani na atualidade. Através da sugestão, colaboração e coautoria de caciques, lideranças, professores, estudantes e moradores de dez comunidades indígenas da região metropolitana de Florianópolis, foram elencados alguns aspectos culturais referentes ao Nhandereko. Assim, depoimentos, histórias e interpretações de mundo produzidos pelos Guarani, aliados aos dados históricos e bibliografias, nos ajudam a montar um panorama acerca dessa cultura milenar, bem próxima de nós e com a qual temos muito a aprender: “o mundo mudou e nós mudamos, mas sem perder a essência da nossa tradição”<sup>51</sup>.

51 KUARAY, D.; ARA'I, D. Teko: a resistência e vida dos Guarani de Biguaçu. In: GONÇALVES, L. D.; NHE'ERY, D. S. (Org.). Território Guarani. UFSC: Florianópolis, 2016, p. 19 – 26.

# A Língua Guarani:

## Conexões entre o Passado e o Presente

Por Marco Antônio Oliveira (cacique da aldeia Massiambu – Palhoça/SC)



Quando morre uma língua,  
ninguém, seja lá quem for,  
jamais conseguirá repetir  
Suas palavras de amor,  
suas entoações de dor e  
querência,  
ou – quem sabe? – seus velhos  
cantos,  
suas histórias, discursos,  
preces.  
Quando morre uma língua, [...] a  
humanidade se empobrece.

MIGUEL LEÓN PORTILLA – “CUANDO  
MUERE UNA LENGUA”

A língua é um elemento essencial na vida das pessoas. Para além de um meio de comunicação, de uma ferramenta social ou, ainda, uma forma de conquistarmos inúmeros desenvolvimentos pessoais, ela é, principalmente, um repositório de identidades, histórias, tradições e memórias através da qual transmitimos, para o mundo, nossos conhecimentos, nossas experiências e nossas visões de mundo. A língua, portanto, é uma porção viva de nossa existência, pois, conforme bem apontou Marco Antônio Oliveira<sup>52</sup>, cacique e liderança da Aldeia Massiambu, localizada no município de Palhoça:

“Se ela [a língua Guarani] morrer, a nossa identidade também morre. Muita gente está falando que a língua não está definindo a nossa identidade, que a gente pode perder a língua, mas que nossa identidade continua por sermos índios. Tudo bem a gente ser índio, isso ninguém vai tirar da gente. Mas sua identidade, de você

conhecer mesmo, de você buscar a raiz ali, eu acredito que tem que ser com a língua. Se perdermos a língua, tudo se tornará mais difícil”.

O Mbya, amplamente falado e compartilhado na Tekoa Pira Rupá (Aldeia de Massiambu) e em diversas outras aldeias situadas no litoral catarinense, é uma das três tipologias da Língua Guarani – que incluem, também, o Nhandeva e o Kaiowa – e é considerado, desde 2014, um Patrimônio Imaterial do Brasil, estando incluído, com mais seis línguas, no Inventário Nacional da Diversidade Linguística. Entre as suas variações, a Língua Guarani é fortemente presente em quatro países da América do Sul – Paraguai, Argentina, Bolívia e Brasil – sendo designada, ainda, como “língua oficial do Estado Paraguaio e língua oficial para o trabalho no Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) ao lado do Português e do Espanhol”<sup>53</sup>. O Guarani, diante deste cenário, tem se consolidado como uma das línguas indígenas de maior expressão sociopolítica da América Latina.

A Língua Guarani Mbya, além de possuir uma linguagem mais usual e coloquial, falada e compartilhada na vida cotidiana das comunidades, é formada, também, por uma segunda linguagem, composta por belas palavras utilizadas, especialmente, dentro da casa de reza (Opy). Neste sentido, conforme as falas de Marco Antônio:

52 Acadêmico do curso de Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica (UFSC), cacique e professor na Aldeia Massiambu.

53 IPOL, Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística. Inventário da Língua Guarani Mbya – Inventário Nacional da Diversidade Linguística. Florianópolis: Editora Garapuvu, 2011.

“Existem [no Guarani Mbya], duas línguas: a língua que você fala dentro da casa de reza e a língua que você fala fora da casa de reza, que são as palavras do dia a dia. As palavras que estão na casa de reza, faladas pelos nossos antepassados, nos comunicam com o Divino. Se você vai falar com o Divino, se não falar na língua, como vai transmitir seus sentimentos? Vai transmitir em português? Isso quebra muito a nossa concentração, o pensamento que você está conectando”.

Na cultura guarani, “a arte da palavra é a arte da vida”, pois “como alma e palavra possuem o mesmo significado, o portador de uma alma (nhee) estrutura sua vida para ser suporte e fundamento de palavras verdadeiras”<sup>54</sup>. As palavras, transmitidas de geração a geração através da oralidade, trazem consigo histórias míticas de origem, relações com o Divino, memórias das trajetórias percorridas pelos antepassados, cantos milenares e diversas sabedorias que relutam, mesmo diante de diversas dificuldades presentes no contexto atual, em permanecer vivas dentro das comunidades. Para o cacique e professor Marco Antônio, que também atua fortemente na escola indígena da comunidade que lidera, uma das maiores complicações em se manter a cultura forte e ativa é a presença, cada vez maior, da língua portuguesa e espanhola em meio à linguagem cotidiana guarani:

*A questão da língua é uma preocupação que a gente tem. Há muito tempo, quando a gente estava fazendo o magistério,*

*foi apontado que por mais que sejamos falantes da língua, estávamos falando só 70% dela. Mas por que isso estava acontecendo? Porque usávamos muitas palavras em português. A gente não percebia que, despercebidamente, estávamos introduzindo a língua portuguesa dentro da nossa língua. Até as crianças estavam indo pelo mesmo caminho. Em Mato Grosso, como eles [os Guarani] moram perto da fronteira do Paraguai, eles adotaram muito as palavras do castelhano, do espanhol... Aí meio que devastou a língua. Fez uma bagunça. O Guarani Antigo, comum a todos, ficou todo misturado, mas os mais velhos lá falam a mesma língua que eu falo.*

Ainda, conforme Marco Antônio, “a nossa língua também está sendo ameaçada de extinção. Nos próximos cem anos a nossa língua pode se perder; nós que somos falantes hoje de 50%, 70%, vamos morrer sabendo falar, mas e as crianças? Eles provavelmente não vão aprender a falar a língua”.

Em sua luta pela preservação da língua, o cacique tenta “traduzir”, em sua comunidade, “as palavras que estão em português” e que não se consegue falar em sua língua, criando termos e dando “nomes para as coisas”, como no caso do celular, dos eletrônicos e de diversos outros elementos introduzidos no dia a dia ao longo dos anos, incluindo, até mesmo, algo muito comum em

nossos dias como a moeda, que recebeu, em Guarani Mbya, o nome hatã'i va'e.



OPY: LUGAR PRIVILEGIADO DE TRANSMISSÃO DE CONHECIMENTO E ONDE SE MANTEM VIVA A LÍNGUA FALADA PELOS ANTEPASSADOS

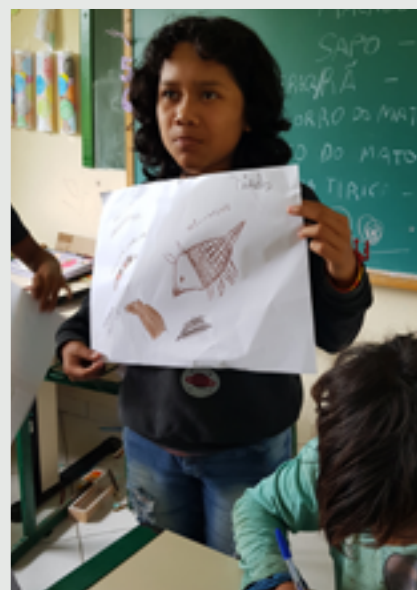


**VOGAIS MBYA GUARANI**  
 A-E-I-O-U-Y  
 A- AVAXI- AJAKA- ANDAI- AVÁ  
 AKUTI- ARAKU- ARAPAXAI- ANGOKA  
 AI- AGUARAI  
 E- EIRU- EI- EJU- EVO'I  
 I- ITA- IRUNDY- IJU- IPOTI  
 INAMBU  
 O- OUEPA- OUEXA- OKY- OPI  
 U- UAU- UAUARAY- UAU-  
 UPUKUREA  
 Y- YVYPA- YVY- YVOTY-  
 YY- YAKA- YPE



**Silaba mbya guarani:**

<b>Xa-Xe-Xi-Xo- Xu-Xy</b> 	<b>Va-Ve-Vi-Vo- Vu-Vy</b> 
<b>Ta-Te-Ti-To- Tu-Ty</b> 	<b>Ra-Re-Ri-Ro- Ru-Ry</b> 
<b>Já-Je-Ji-Jo-Ju- Jy</b> 	<b>Pa-Pe-Pi-Po-Pu- Py</b> 
<b>Há-He-Hi-Ho- Hu-Hy</b> 	<b>Na-Ne-Ni-No- Nu-Ny</b> 



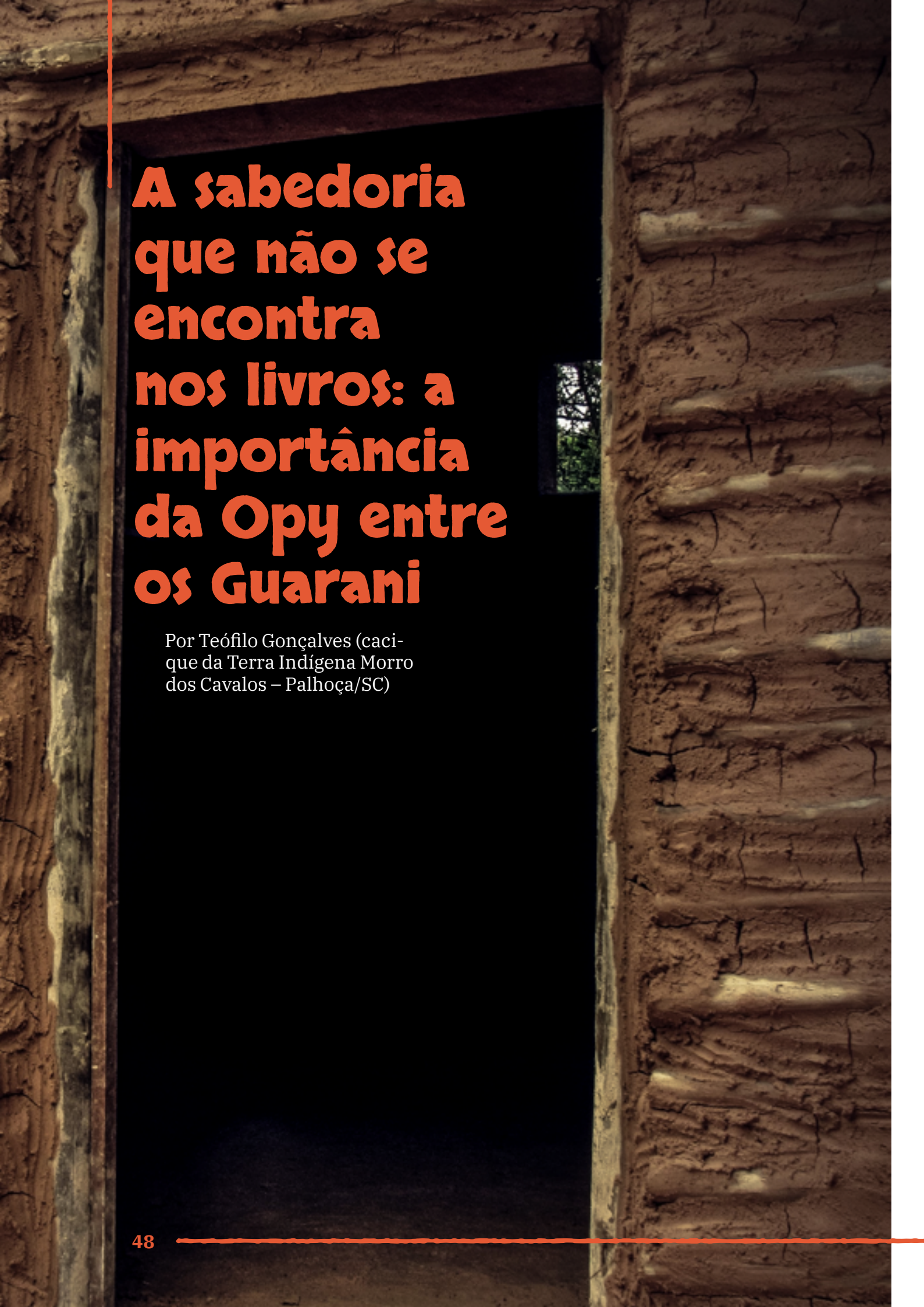
AS ESCOLAS LOCALIZADAS DENTRO DAS ALDEIAS QUE POSSUEM PROFESSORES INDÍGENAS TÊM SE MOSTRADO ESPAÇOS IMPORTANTES PARA PRESERVAÇÃO E PERPETUAÇÃO DA LÍNGUA GUARANI NÃO SÓ FALADA COMO TAMBÉM NA SUA FORMA ESCRITA



Além da introdução de várias palavras em português e espanhol, dois outros obstáculos estariam também presentes e ameaçariam a Língua Guarani: o preconceito existente com os falantes de línguas nativas e o conseqüente desinteresse em falá-las e repassá-las para as futuras gerações. Conforme Marco Antônio, “tem gente que tenta falar, mas parece que tem uma barreira, porque as pessoas dão risada, aí as pessoas se prendem e perdem o interesse; quem ri, acaba fazendo mal não só a si próprio, mas a um povo inteiro”. Diante desta situação, para o cacique, a educação seria o melhor caminho para enfrentar o problema, pois, é, através dela, que as “pessoas aprenderão a respeitar a outra língua”.

Apesar da “cultura ir se modificando ao longo do tempo”, a preservação da língua é essencial para a sobre-

vivência, a manutenção e a revitalização do mundo cultural Guarani. Seja aprendida nas escolas comunitárias – onde os professores indígenas cada vez mais se esforçam para “registrar” e “repassar as informações entre os jovens para não se perder” –, nas casas ou até mesmo na Opy – que é vista, por muitos, como um lugar privilegiado na transmissão de conhecimentos, sendo a primeira escola de qualquer Guarani –, enquanto ela continuar viva e tiver pessoas engajadas lutando por sua existência, os mais ricos tesouros culturais de toda uma longa história serão mantidos.



# **A sabedoria que não se encontra nos livros: a importância da Opy entre os Guarani**

Por Teófilo Gonçalves (cacique da Terra Indígena Morro dos Cavalos – Palhoça/SC)



Presente na maioria das aldeias, a Opy – também chamada de casa de reza – é o lugar mais sagrado dentro de uma comunidade, pois, além de ser um espaço para clamar e reverenciar os ensinamentos divinos, é, ainda, a primeira escola de todo Guarani, onde cada criança aprenderá, junto aos mais velhos e mais velhas – reconhecidos, também, respectivamente como xeramõi e tchedjary’i –, os saberes e os valores primordiais de sua cultura.

Entre os Guarani, são as pessoas de maior idade que possuem o conhecimento e a verdadeira sabedoria, resultado de sua ampla vivência e de suas experiências de vida: o mais importante, na comunidade, são as pessoas velhinhas, que têm o conhecimento, que já viveram muito, que sabem aconselhar, que sabe falar, que não são agressivos e que não se acham acima de ninguém. São esses que a gente dá valor, são esses que, para nós, são os mestres”

As casas de reza, locais privilegiados para a transmissão, através da oralidade, dos conhecimentos culturais das comunidades, possuem uma estrutura física bastante diferente das residências. Geralmente de formas retangulares e apenas com uma entrada voltada ao leste – direção onde o sol nasce –, as Opy não possuem divisões internas e suas paredes, levantadas com muito esforço e empenho de todos os membros das comunidades, são revestidas de barro. O chão, sempre moldado com os próprios pés, é de terra batida e o teto é recoberto por taquara, pindó, capim ou algum outro material extraído da própria natureza.

A Opy da TI Morro dos Cavalos foi reconstruída há pouco tempo, teve seu projeto encabeçado e realizado pelo atual cacique da comunidade, Teófilo Gonçalves, que, durante toda a sua trajetória, manteve os conselhos repassados pelos mais antigos:

*Quando o mais velho passa o conselho, quem pegou, quem guardou na cabeça, nunca esquecerá. Então eu guardei bastante. Até agora eu não esqueci. E até por isso mesmo eu fiz o levantamento dessa Opy. Eu fiz um projeto para essa casa de reza, [...] um desenho de como seria feito porque, na minha época, quando eu vivia com os mais velhos, eu vi como é que foi feita a casa de reza, aí então eu guardei isso. E eu quis continuar a fazer daquele jeito, pois tem que continuar fazendo para não perder mesmo a nossa cultura.*

No interior da Opy, todo Guarani aprende a manter viva a sua identidade. Para o cacique Teófilo, a Opy é, portanto, um lugar “importante para o nosso povo, porque se a gente acreditar em Nhanderu, sempre vamos continuar e não esqueceremos a nossa tradição”, composta por rezas, cantos, danças e cerimônias transmitidas, durante séculos, de geração a geração. Todos estes elementos, além de terem como foco central o fortalecimento espiritual de cada pessoa, são importantes instrumentos de conservação da língua, atualizando a tradição oral, revivendo a memória do povo e alimentando, da melhor forma possível, a vida comunitária.

A Opy de Morro dos Cavalos é um espaço sagrado e exclusivo dos Guarani que ali vivem. Os juruá – não indígenas – podem visitar o seu interior, porém somente em momentos muito específicos, pois ela foi deixada, por Nhanderu, somente para os Guarani: “na nossa cultura não é permitido, quando a gente reza, entrar não índio, porque Nhanderu – nosso Deus – não deixa”. As rezas, realizadas com bastante frequência, podem ser feitas tanto de forma individual quanto coletiva, pois, “quando a gente reza, a gente coloca todo o nome da família, da comunidade; se alguém está fazendo alguma reza sozinho, a mesma coisa a família que está descansando na sua casa vai pegar o apoio”. O cuidado com a coletividade é uma preocupação constante na vida do cacique Teófilo, que sempre traz, em suas palavras, mensagens de reflexão transmitidas pelos seus antepassados: “Na aldeia é obrigação ouvir e respeitar a família [a comunidade]. Eu peguei dos mais velhos esses conselhos e até agora eu não estou esquecendo de passar pra todo mundo. [...] Tudo o que vem de apoio é para a família.

Não é para mim, não é só para o cacique. Eu penso pela família, eu penso mais pelo meu povo”.

Uma das principais manifestações culturais do mundo guarani é a cerimônia de nomeação das crianças, conhecida por Nhemongaraí. Essa prática, de imensa importância e tradicionalmente realizada por incontáveis gerações, consiste em revelar, através da influência divina – intermediada pela presença do karaí ou pajé – o nome de cada nova criança que nasce na comunidade. Conforme o cacique Teófilo, “na nossa cultura, não é só a pessoa que coloca o nome. Não é o pajé que coloca o nome. Na verdade, o pajé pede pra Nhanderu pra poder mandar o nome pra ele, porque cada criança vem com um nome diferente. Sem Nhanderu [...] não vamos saber nada, porque é Nhanderu que manda”. Cada nome, carregado de muita espiritualidade, faz parte da alma, da existência e da essência de cada Guarani, alimentando suas vivências e experiências e, especialmente, marcando toda a sua trajetória no mundo.







AS CONSTRUÇÕES E REFORMAS DAS OPY SÃO REALIZADAS ATRAVÉS DE MUTIRÕES ENVOLVENDO OS MORADORES DAS COMUNIDADES





OPY DA TEKOÁ YGUA PORÃ



OPY DA TEKOÁ MYMBA ROKÁ



OPY DA TEKOÁ CAMBIRELA



OPY DA TEKOÁ TAVAI



OPY DA TEKOÁ ITANHAÉM



OPY DA TEKOÁ ITATY



OPY DA TEKOÁ YNN  
MOROTCHI WHERA



OPY DA TEKOÁ PIRA RUPÁ



# Sementes tradicionais e manejo das roças

Por Marciano Pereira (liderança da  
aldeia Ygua Porã - Biguaçu/SC)

O meu pai, faz tempo que ele falava:

‘eu sonhei com um lugar bem lindo [...], mas onde será que esse lugar está?’

Ele sempre se lembrava desse sonho.

Aí, quando chegou aqui que ele falou assim: ‘esse é o lugar que eu sonhei!’

MARCIANO PEREIRA, LIDERANÇA DA ALDEIA AMÂNCIO E FILHO DE SRA. ROSA PEREIRA PARÁ

Devido principalmente ao sossego característico de um lugar relativamente afastado dos grandes centros urbanos, mas também ao solo fértil, à presença de fontes d’água e vegetação nativa preservada, a localização da Aldeia Passo Grande, ou Amâncio, é um local onde vivem atualmente seis famílias indígenas.

Em tempos de mecanização da agricultura intensiva, dentre as principais atividades na aldeia, se destaca o manejo tradicional das roças individuais e de agrofloresta, praticadas nas plantações de forma coletiva. De acordo com a liderança Marciano Pereira, filho de Sra. Rosa Pereira Pará: “[...] a agrofloresta é [...] um pouco diferente que o tradicional. Por causa da adubação [...] Quando orgânico tem muito. Aí já é mais prático e... E vem alimento saudável”.

Dentre os alimentos cultivados como aipim, melancia, feijão e abóbora, destaca-se o milho<sup>55</sup>. As sementes plantadas na Aldeia do Amâncio, consideradas sagradas, são exclusivamente guarani, diferenciando-se do popularizado milho amarelo (“milho verde”) por seu sabor e sua variedade de cores. Há um cuidado desde a preservação das sementes “a gente coloca em cima do fogo, para pegar a fumaça assim [...] para não entrar os bichinhos!”, que ano após ano, entre os meses de agosto e novembro ocorre o plantio nas roças preparadas.

Cada etapa - plantio, colheita e o consumo - envolvem cerimônias de preparação, como o Nhemon-garaí (batismo) do milho, principal alimento para os Guarani. O propósito da cerimônia seria, sobretudo, agradecer o plantio das sementes que foram colhidas, o fortalecimento do corpo, do espírito e, ainda, a renovação da vida<sup>56</sup>.

Como afirma Marciano: “O milho, a erva, [...] tudo que vai consumir é tudo rezado. Principalmente no ano novo, que pra nós é agosto né. Aí a colheita é novembro [...] e janeiro né! [...] Então aí tem o batismo do milho após a colheita. Esse batismo é pra não passar mal também ao consumir o alimento”.

55 O milho é uma planta nativa das Américas e a domesticação do vegetal foi realizada pelas nações indígenas. Os indícios levam a crer que teve início no México por volta de 5.000 a.C. Há a publicação de várias obras do arqueólogo Francisco Noelli ressaltando o legado de dos conhecimentos agrícolas e do manejo agroflorestal indígena.

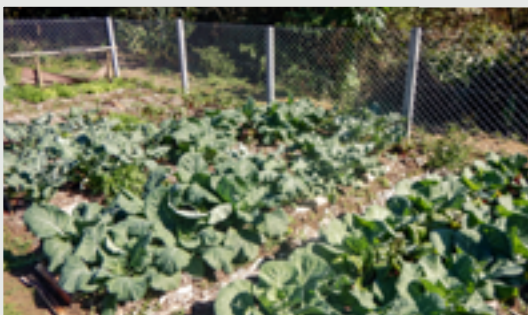
56 BARBOSA, R. A. Agricultura Tradicional Guarani. 2015. 58 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Curso de Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 2015.



O MILHO GUARANI (AVAXI OU AVATCHI) É O ALIMENTO MAIS IMPORTANTE PARA ESSE POVO POR SER CONSIDERADO SAGRADO, COM PODER DE CURA PARA O CORPO E O ESPÍRITO. SÃO SEMENTES MILENARES E BASTANTE RESISTENTES.







PLANTAR VITAL PARA O POVO GUARANI. O CULTIVO PERMITE QUE OS INDÍGENAS PRESERVEM AS SEMENTES, PARA COMER E TER O QUE DAR DE COMER PARA AS CRIANÇAS E OS JOVENS. O MANEJO DAS ROÇAS É UMA ATIVIDADE COLETIVA, MUITAS VEZES REALIZADAS EM FORMA DE MUTIRÕES QUE ENVOLVEM TODA A COMUNIDADE.

# Modo de vida Guarani Cheripa

Por Lúcia Moreira  
(moradora da aldeia  
Praia de Fora 2 -  
Palhoça/SC)



*Antigamente a BR-101 [...] não existia. Era tudo mato.*

*A Praia de Fora, na época, era formada por dunas de areia, e “era tudo muito bonito”;*

*não havia cidade: “tinha uma casa aqui, uma casa lá... Era assim”.*

*Várias famílias guarani viviam por ali, mas “um pouco foi embora, outros faleceram...*

*Aí só ficou nós em si...”.*

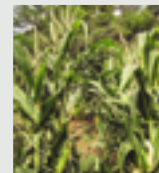
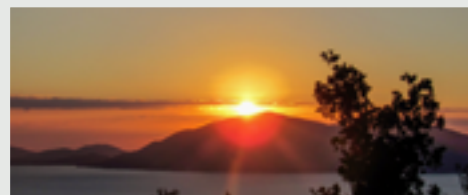
*LÚCIA MOREIRA, MORADORA DA TERRA INDÍGENA PRAIA DE FORA 2*

Em um pequeno espaço em meio à densa mata no Parque Estadual da Serra do Tabuleiro vive, há aproximadamente nove anos, Dona Lúcia Moreira, que se auto identifica, etnicamente, como Chiripá<sup>57</sup>, um dos subgrupos Guarani. As narrativas da Sra. Lúcia, filha de Júlio e Isolina Moreira (in memoriam), afirmam a antiguidade dos moradores da região e a sabedoria e conhecimentos que foram sendo transmitidos ao longo das gerações. As memórias embalam com nostalgia os períodos de sua trajetória. Sra. Lúcia percorreu muito toda a região de Florianópolis: “Lá no centro, onde hoje é aquele mercado, nós ficávamos tudo ali também. Naquela época era pequeno [...]”

Sra. Lúcia, sobre seu povo, afirma que, atualmente, os Chiripás são poucos “porque tem muita sabedoria” e assim procuram viver mais afastados, “pra não existir perguntas”. Para Dona Lúcia, é devido a esse afasta-

mento, portanto, que os Chiripás se tornaram mais conectados com o universo espiritual – muito sagrado e que reforça os laços com as divindades – e conseguiram manter, ao longo dos séculos, sua sabedoria ancestral, definida por ela como verdadeira.

Uma característica marcante deste povo é o conhecimento do trato com a terra e os cultivos tradicionais. Desse modo, as condições ambientais de subsistência, como uma mata onde se possa manejar as árvores sagradas, as ervas medicinais e a realização de roças tradicionais representam



DONA LÚCIA MOREIRA MANTÉM SUA CULTURA VIVA EM UM PEQUENO ESPAÇO EM MEIO À MATA FECHADA

57 Os Chiripá reconhecem-se descendentes dos antigos Guarani habitantes do litoral e dos vales dos rios do oeste dos estados do sul, como o Rio Paraná, o Uruguai e seus afluentes. Fonte: MELLO, 2007



OS GUARANI RESISTEM PARA MANTER VIVO SEU MODO DE SER, CULTIVANDO PRÁTICAS TRADICIONAIS NA ORGANIZAÇÃO DE SUAS COMUNIDADES



# Xondaro: a dança milenar dos guerreiros Guarani

Por José Benites (cacique da aldeia Mymba Roká - Biguaçu/SC)



uma forma de viver mais adequada e conectada aos seus preceitos culturais.

*Nhandé Xondaro-i Nhandé  
Xondaria-i (Nós Guerreiros,  
Nós Guerreiras)  
Jo-irami memé jajerojy javy  
(Vamos dançar todos juntos)  
Nhandé rerafwá Tupã ra-y-i  
(Para nosso Deus nos levar)  
Há-ea emá Nhandererá até (Ele  
é quem nos levará)*

*CORAL KUARAY OUA*

Dança, luta, esquivas e rápidos movimentos. Ao som e ao ritmo de alguns instrumentos musicais, como o mbaraka (violão) e a rave (rabeça), diversas crianças, jovens e adultos Guarani realizam, no pátio de suas aldeias e em seu dia a dia, o Xondaro, uma interessante dança milenar que resgata, em sua execução, fortes ensinamentos repassados de geração a geração. Como vários elementos da cultura Guarani, que são apreendidos de uma forma mais abrangente e sem divisões, o Xondaro, conforme o cacique José Benites<sup>58</sup>, da Aldeia Mymba Roka (Biguaçu/SC) é uma prática repleta de significados, envolvendo não só a movimentação do corpo em um determinado ritmo, mas uma ampla educação que contempla os mais variados âmbitos. Nas palavras do cacique,

*O Xondaro é uma dança que é feita de iniciação. É para o jovem ter mais saúde e faz parte, também, da educação, porque aí aprende a lidar*

*com os amigos. Por mais que vá aprendendo a luta, ele vai respeitando o próximo. [...] É uma educação para a vida toda. Mas isso acontece não só fisicamente. Tem que se formar espiritualmente também. Porque antigamente, antes do contato, era tudo mata, então tinha muita coisa que poderia avançar nas aldeias. Então esse Xondaro era preparado pra isso também, tanto fisicamente quanto espiritualmente. Então é por isso que o Xondaro significa muita coisa.*

O Xondaro, como algumas artes marciais, pode exercer a função de luta e de dança – conforme as circunstâncias – e, similar à capoeira, que “tem faixas diferentes”, permite aos Guarani “irem se formando, se aprimorando”. O objetivo principal da formação, que envolve o desenvolvimento do equilíbrio físico, mental e espiritual, é “preparar pra ser um guerreiro mesmo e, assim, defender ou cuidar da aldeia”. Este longo aprendizado dos futuros guardiões das aldeias, iniciado já na infância, ocorre através da combinação de vários processos, abarcando desde observações e brincadeiras até participação na dança e aconselhamento dos mais velhos, que sempre orientam as gerações mais jovens com suas sábias palavras carregadas de ensinamentos e experiências de vida. O Xondaro, portanto, é um constante treinamento para a vida adulta, ensinando e guiando seus praticantes não só na defesa de possíveis agressões “de animais, no mato, e também

58 Graduado no curso de Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica, Mestre e doutorando em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

na aldeia”<sup>59</sup>, mas, sobretudo, no fortalecimento de seus corpos e espíritos, no sentido de aprenderem a se defender de suas próprias atitudes negativas e a não sucumbirem diante das dificuldades.

Na Aldeia Mymba Roka, o Xondaro, de acordo com José Benites, “começa no final da tarde, antes de entrar para a Opy (Casa de Reza)”, atuando como um aquecimento repleto de força e vitalidade para as rezas noturnas e para a defesa da comunidade e do lugar sagrado dos possíveis perigos que possam estar rondando a aldeia. A dança, repleta de rápidos e constantes movimentos baseados no mover e no agir de alguns animais – especialmente aves –, é conduzida pelo cantar, pelo toque dos instrumentos e, de forma especial, pela presença de um mestre Xondaro, que vai introduzindo alguns desafios aos participantes. Nas danças de roda, por exemplo, o mestre “vai passando o popygua (instrumento composto por duas varas amarradas) por baixo dos pés das pessoas que vêm em sentido contrário, aumentando, aos poucos, a sua altura em relação ao chão”<sup>60</sup>, fazendo com que realizem diversos movimentos para se esquivarem dos “ataques do inimigo”. É muito comum o mestre possuir algum objeto em suas mãos para fazer diversos obstáculos “por onde os dançadores têm

que passar”; entretanto, “tem ensinadores de xondaro que não usam nenhum instrumento e utilizam o próprio corpo como obstáculo. Um por vez deve pular, se agachar e desviar dos obstáculos”<sup>61</sup>. A música que acompanha a dança, além de fazer fluir os movimentos, ajuda os participantes a terem gingado e a deixar o seu corpo cada vez mais leve. Além disso, é necessário que a dança ocorra de acordo com os sons, “que começam lentamente para que os praticantes comecem a se aquecer; quando o som fica mais rápido, os xondaro também já apertam os passos e começam a dar os gritos de guerra”<sup>62</sup>.

O Xondaro não é uma dança ou luta formada por uma única coreografia. Existem, de aldeia para aldeia e de região para região, algumas diferenças, tanto nos modos como os mestres ensinam seus guerreiros quanto no jeito de cada participante movimentar o seu corpo, pois “a gente dança do jeito que a gente sente no coração [...]. Cada um tem um jeito diferente de dançar, que vem desse sentimento”<sup>63</sup>. Esse mesmo sentimento conecta e coloca cada Xondaro em sintonia com o seu mundo espiritual, pois cada movimento é realizado, também, “para agradecer e mostrar para os nhanderu kuery (divindades) que nós

59 MENDES, M. S. R. Xondaro – Uma etnografia do mito e da dança Guarani como linguagens étnicas. Dissertação (Pós-Graduação em Comunicação Social) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Palhoça, 2006.

60 MONTARDO, D. L. O. Através do Mbaraka: Música e Xamanismo Guarani. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

61 BENITES, A. F.; SILVA, D. K. F. S.; SANTOS, E. T.; GONÇALVES, M. O.; SILVA, N.; EUZÉBIO, S. A.; MACENA, V. K. P.; SILVA, K. M.; SILVA, C.; VERÍSSIMO, O.; GONÇALVES J. T. Xondaro Mbaraete – A Força do Xondaro. Centro de Trabalho Indigenista (CTI): São Paulo, 2012, p. 30.

62 Idem.

63 Ibid., p. 54

lembramos sempre deles e agradecemos por essa vida, pela alegria e pela saúde”<sup>64</sup>.

“A dança do Xondaro é, ainda, uma prática viva em várias aldeias guarani, atuando como um dos principais elementos de preservação da história, da cultura, da trajetória e

---

64      Idem.



*“BUSCAR O QUE A GENTE JÁ PERDEU, VAI SER IMPOSSÍVEL, MAS MANTER A NOSSA HISTÓRIA, ISSO É POSSÍVEL. E A GENTE VAI PASSANDO. [...] A GENTE TEM QUE VIVENCIAR ISSO”*





das tradições de um povo milenar. É um símbolo da resistência histórica de um povo que, com muito esforço e vontade, luta para que a memória de seus antepassados sobreviva: “buscar o que a gente já perdeu, vai ser impossível..., mas manter a nossa

história, isso é possível. E a gente vai passando. [...] A gente tem que viver isso”.

**Aguyjevete para quem luta!**



O XONDARO É UM CONSTANTE TREINAMENTO PARA A VIDA ADULTA, FORTALECENDO CORPOS E ESPÍRITOS DAS CRIANÇAS E JOVENS A SE DEFENDEREM DE SUAS PRÓPRIAS ATITUDES NEGATIVAS E A NÃO SUCUMBIREM DIANTE DAS DIFICULDADES.



# Cestos, balaios e bichinhos de madeira: o Artesanato Guarani

Por Davi Temóteo Martins<sup>65</sup>, Julia Graciele Pereira Narciso<sup>66</sup>, Osmar Sérgio de Oliveira<sup>67</sup>, Sérgio Timóteo Duarte<sup>68</sup>, Mariza de Oliveira<sup>69</sup> e Edson Karai Mirim da Silva Benites<sup>70</sup>  
– aldeia de Itanhaém (Biguaçu/SC)\*

65 Graduado no curso de Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica (UFSC) e professor na Aldeia Itanhaém.

66 Professora na Aldeia Itanhaém.

67 Graduando em Pedagogia Intercultural Indígena – Guarani (Universidade Vale do Itajaí) e professor na Aldeia Itanhaém.

68 Professor na Aldeia Itanhaém.

69 Graduanda no curso de Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica (UFSC) e professora na Aldeia Itanhaém

70 Professor na Aldeia Itanhaém.

O artesanato, confeccionado há séculos pelas mãos do povo Guarani, é parte fundamental de sua história e de seu modo de vida. As peças, sempre produzidas de forma manual com muito cuidado e perfeição a partir dos mais diversos materiais encontrados e retirados da própria natureza, são o resultado vivo não só da transmissão de saberes entre as gerações, mas, principalmente, da valorização indígena pela memória e pela cultura de seus ancestrais.

Durante muito tempo, o artesanato foi produzido para uso próprio ou para troca com outras famílias ou grupos. Porém, com a grande redução das florestas e das matas desde o tempo da colonização, aliada à crescente falta de terras, os objetos, usados tradicionalmente, começaram a ingressar nas rotas comerciais fora das comunidades como uma forma de subsistência. Para Davi Timóteo Martins, professor e representante da Aldeia Itanhaém, “foi, por causa da dificuldade em se conseguir o alimento, que começou a ser feita a venda do artesanato. De terra em terra, de expulsão em expulsão, nós começamos a vender o artesanato”.

Atualmente, na Tekoa Itanhaém – também conhecida por Aldeia Morro da Palha –, várias famílias vivem exclusivamente do artesanato e outras o utilizam como uma forma de complementar a sua renda. Dentre os principais objetos elaborados, destacam-se, para a venda – realizada principalmente na cidade de Balneário Camboriú –, cestos e balaios feitos de taquara e cipó, arcos e flechas, zarabatanas, paus de chuva, chocalhos, colares, pulseiras e, ainda, os bichinhos de madeira.

Estes bichinhos, produzidos exclusivamente pelo povo Guarani, além de representarem uma porção do bioma da Mata Atlântica, carregam consigo um importante significado simbólico no universo guarani, pois, nas palavras do professor Davi, “fizeram parte da criação do mundo e do universo cultural Guarani”. Um rico exemplo, neste aspecto, é o caso do tatu, considerado um dos principais animais que compõem a história do surgimento do mundo:

*Nhanderu – nosso Deus –, quando criou a terra, ele colocou a primeira palmeira, a palmeira sagrada. Daí, nisso, o tatuzinho começou a cavocar o pé da palmeira e espalhar a terra, que só tinha um pouquinho. O resto era água. Quanto mais ele cavocava, mais a terra ia se espalhando; foi, a partir daí, que começou a se formar esse chão que nós estamos vivendo. Ele ia jogando e cavocando... E ia cada vez mais aumentando o território Guarani (Davi Timóteo Martins, 2019).*

O artesanato Guarani, para além de seu uso estético, utilitário e decorativo, carrega consigo mensagens e informações sobre visões de mundo, valores tradicionais, sentimentos, sabedorias e identidades. Todos os objetos, desde o início de sua produção até a finalização de cada detalhe, estão intrinsecamente conectados com a natureza. Taquaras e bambus, imbés, caixetas, cascas de árvores e sementes estão entre os principais materiais adquiridos para a produção dos artesanatos. Contudo, nem todos os recursos estão disponíveis

nas terras da Aldeia, que é bastante limitada e já sofreu com diversas intervenções humanas antes mesmo da compra do local pelo grupo. Segundo o professor Davi, muitas vezes

*nós temos que sair daqui para irmos em um outro espaço que já não é nosso para buscar o material necessário. Aqui nós temos mais plantaçaõ de eucalipto. Mas quando a nossa terra foi comprada, isso já tinha aqui, já estava aqui. Como o espaço é muito pequeno, sempre que sai daqui, dá já no espaço de outra pessoa. Isso é um problema para a gente. O que algumas comunidades estão fazendo é indo numa e noutra buscar o que se tem. Às vezes tem, também, algumas trocas que a gente vai buscar nas outras comunidades para tentar ver se consegue fazer.*

Devido as crescentes restrições de matéria-prima, algumas modificações tiveram que ser introduzidas na produção artesanal. Conforme apontado pelo professor Sérgio Timóteo Duarte e pelas professoras Marisa de Oliveira e Júlia Narciso, para dar vida e significado às cestarias através dos grafismos, utilizavam-se, antigamente, o cedro, o gengibre e a mamica-de-cadela para o tingimento dos filetes de taquara e de bambu; contudo, hoje, a opção recai principalmente sobre os corantes artificiais. As penas de aves silvestres, usadas para a elaboração de cocares e decoração de alguns artigos, como os arcos e as flechas e os chocalhos, foram substituídas, sobretudo, por penas de galinhas.

Outro elemento que auxiliou, também, na transformação das peças artesanais – sobretudo as de maiores dimensões – da comunidade foi a dificuldade de transporte. Segundo Davi, “antigamente se pegava e fazia aqueles cestos grandes, levavam vários [para venda]. Eram dez, quinze, vinte... E hoje em dia o ônibus não permite você levar, aí você tem que trazer tudo e acaba perdendo. Hoje, quem leva artesanato carrega apenas uma sacolinha, uma mochila”. Diante desta dificuldade, os grandes objetos foram perdendo espaço na produção e começaram a ser substituídos por peças de tamanhos mais reduzidos e que ocupassem menos espaços nas bagagens. Para o professor, “tudo, tudo está diminuindo, mas cada família vai ensinando para os mais novos o artesanato grande para não se perder”.

Além do artesanato destinado ao comércio, os Guarani da Tekoa Itanhaém também produzem alguns instrumentos de uso pessoal ou coletivo, especialmente aqueles que são considerados sagrados. Dentre uma vasta gama de objetos, existe um que recebe maior proeminência devido ao seu uso cotidiano e, muitas vezes, diário: o petyngué, cachimbo que proporciona aos Guarani não só momentos de reflexão, concentração e harmonia, mas, também, conexão com o divino. Esse cachimbo, de forma geral, pode ser feito tanto de madeira quanto de argila; porém, conforme apontado pelo professor Osmar Sérgio de Oliveira, seus usos são diversificados, pois enquanto “o de madeira pode ser usado mais livremente, ou seja, pode-se usar de manhã, ao meio-dia, de tarde, no sábado ou no domingo”, o de argila, “a

partir do momento que foi feito, não pode ser usado de qualquer forma”, devendo ser utilizado, sobretudo, nas rezas.

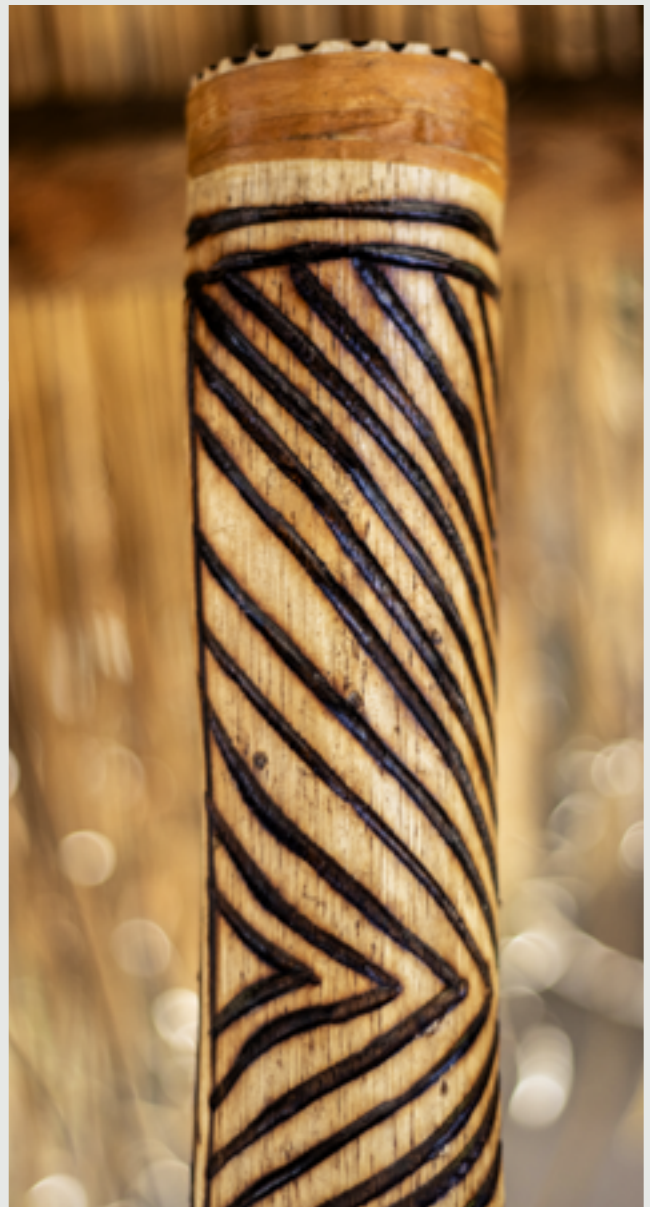
O artesanato Guarani da Tekoa Itanhaém, diante deste grande repertório cultural, é uma arte repleta de sensibilidade, vínculos e sentidos,

pois, através de seus emaranhados, traduz-se em história, memória e atualização, transmitindo, não só aos produtores, mas também aos consumidores, uma série de referências tradicionais que, mesmo diante de uma série de dificuldades e preconceitos, manteve-se forte, viva e atuante.



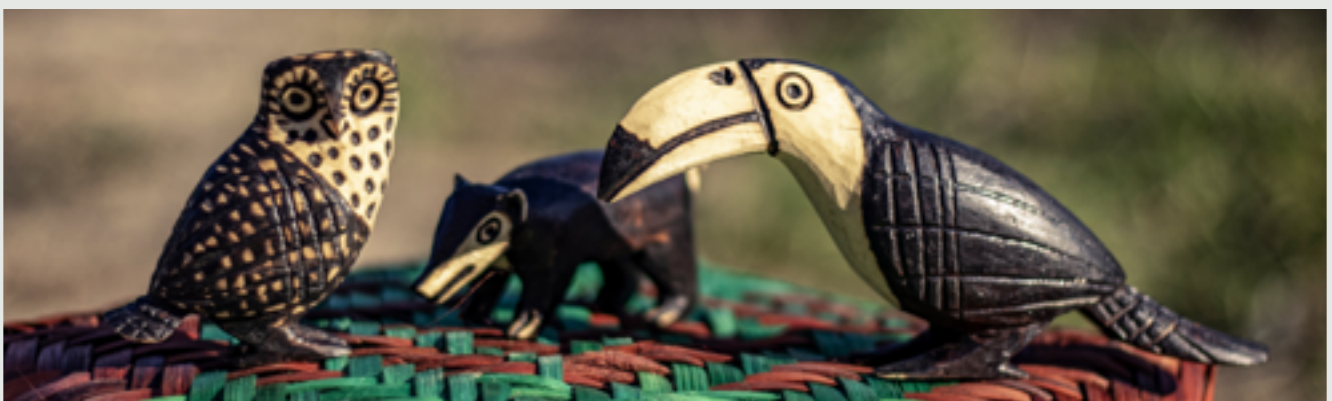
AS PEÇAS SÃO SEMPRE PRODUZIDAS DE FORMA MANUAL COM MUITO CUIDADO E PERFEIÇÃO A PARTIR DOS MAIS DIVERSOS MATERIAIS ENCONTRADOS E RETIRADOS DA PRÓPRIA NATUREZA.







“O ARTESANATO GUARANI, PARA ALÉM DE SEU USO ESTÉTICO, UTILITÁRIO E DECORATIVO, CARREGA CONSIGO MENSAGENS E INFORMAÇÕES SOBRE VISÕES DE MUNDO, VALORES TRADICIONAIS, SENTIMENTOS, SABEDORIAS E IDENTIDADES. TODOS OS OBJETOS, DESDE O INÍCIO DE SUA PRODUÇÃO ATÉ A FINALIZAÇÃO DE CADA DETALHE, ESTÃO INTRINSICAMENTE CONECTADOS COM A NATUREZA.”





PULSEIRAS, COLARES, BRINCOS E ADORNOS PARA COLOCAR NA CABEÇA TAMBÉM COMPÕEM O ARTESANATO GUARANI





# Cestarias: uma tradição que não se apagou

Por Rosalina Moreira (*in memoriam*) e  
Roselanea Machado (moradoras de  
Vila Praia de Fora 1 - Palhoça/SC)



Dentre a grande diversidade de objetos que compõem o artesanato Guarani, a cestaria é, sem dúvidas, o elemento mais característico e central de toda a produção manual. Carregada de um conjunto de técnicas muito específicas, de expressões de saberes e de conhecimentos antigos repassados ao longo das gerações, a cestaria atua, entre os indígenas, como uma forma de valorizar a memória e a cultura de seus ancestrais, preservando suas maneiras de viver e reforçando, de forma bastante ativa, suas tradições. Se, no passado, eram uns dos principais utensílios utilizados no cotidiano, hoje as cestas se tornaram importantes objetos na complementação ou na obtenção de renda das famílias.

Na pequena comunidade de Praia de Fora, a produção de cestas – ou seja, de objetos feitos através do trançado de fibras vegetais – é realizada especialmente por Dona Rosalina Moreira, liderança da vila em que habita a exímia artesã<sup>71</sup>. Dona Rosalina, junto com suas irmãs, seu irmão e seu pai, Júlio Moreira, reocuparam, na segunda metade do século XX, um dos tradicionais territórios no litoral central de Santa Catarina e, durante esta vivência no local, que durou aproximadamente dez anos, produziram bastante artesanato trançado, incluindo “balainho com alça, balainho com tampinha, tipiti” e outros objetos, incluindo armadilhas para pegar peixes e camarões.

As habilidades de dona Rosalina, adquiridas através de muita observação e prática, se desenvolveram,

especialmente, durante sua adolescência e juventude. Depois de muitos anos, o conhecimento se manteve vivo, ajudando na complementação de renda da família: “eu aprendi e não esqueci [...], eu faço tudo até hoje”. O processo de confecção, que para muitos pode parecer simples, é bastante complexo e “dá trabalho para fazer”, tendo “muito serviço também”. Tudo se inicia com a coleta de bambu, taquara, imbé e imbira no mato. Depois da coleta – antes realizada por seu marido e, agora, por seu filho –, é a hora de preparar todo o material obtido para a realização dos trançados. Conforme dona Rosalina,

*Primeiro tem que fazer toda a arrumação, o tamanho né. Depois lasca tudo, corta tudo e vai tirando a tira. Nesse momento, o bambu ou a taquara está molinha, está verde, né. Aí coloca no sol, deixa no sombreazinho, no chá, como dizem os outros. Depois que está feito tudo direitinho, depois de secar, que leva um dia, pronto. Está tudo pronto para fazer.*

Para a realização do trançado, Dona Rosalina conta que “tudo é contadinho”: “se for balaio grande, o fundo vai levar doze tiras; se for balaio maior, vai levar quinze; se for balaio grande de fundo mesmo, leva vinte”. Para a finalização dos objetos, é feita a “amarração” de toda a estrutura com imbé ou imbira. Para Dona Rosalina, esta etapa “é a principal de tudo”, pois é ela que sustentará e manterá firme todo o trançado.

71 Dona Rosalina faleceu vítima da COVID-19, em setembro de 2019, enquanto esse livro estava sendo editado

Os grafismos ou desenhos, chamados por dona Rosalina também de letras, são feitos com bambu ou taquara coloridos, hoje tingidos, através da fervura, com corantes artificiais. Na língua Guarani, o ato de trançar desenhos nos cestos é chamado de *nhabopara*. Este verbo também possui o significado de escrever, revelando a nós, portanto, que cada grafismo presente nas cestarias não são simples ornamentos e decorações: são símbolos repletos de significados que foram transmitidos de geração a geração e que estão relacionados, principalmente, com a natureza e com a espiritualidade.

Entre os grafismos, se destacam o *ypara korá*, que são formas geométricas encontradas no corpo de algumas cobras e que significam que a casa e as portas sempre estão abertas para a visita de amigos e parentes; o *ypara tanambi bepo*, cujo desenho nos remete às asas das borboletas e que tem como significado o respeito e o agradecimento à liberdade; o *py'a tyta*, que traz estampado, em seu

trançado, corações que representam o desejo de fortalecimento a alguém que se encontra enfermo; e o *mboy pytã*, que imita a pele da cobra coral e que traz, como significado, proteção dos alimentos. Além destes, muitos outros são produzidos, como o *ypara ixu* ou *ypara ryxyva'e*, que representam os movimentos das cobras em zigue-zague, e, ainda, o *ypara kora jo'ava'e*, que revela, em seu trançado, formatos de cruzes<sup>72</sup>.

As cestarias, assim como um corpo, assumem através dos trançados diversas formas tradicionalmente reconhecidas na cultura guarani. Entretanto, como toda peça artesanal, além de trazer consigo marcas identitárias de um povo, carregam também a arte, a criatividade e a habilidade de cada produtor. Dona Rosalina, ao fazer seus balaios, suas cestas e seus objetos, deixa a nós, não só elementos que fizeram e fazem parte da cultura de seus irmãos, pais e avós: deixa conosco, também, um pedacinho de si, de sua história e de sua trajetória.



BALAIOS TRANÇADOS POR DONA ROSALINA MOREIRA

72 SILVA, A. O grafismo e significados do artesanato da comunidade guarani da Linha Gengibre. 31 f. Monografia (Licenciatura Indígena Intercultural do Sul da Mata Atlântica) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.



REGIANE, QUANDO JOVEM (ACIMA), FILHA DE DONA ROSALINA (ABAIXO)





A FABRICAÇÃO DAS CESTARIAS GUARANI EXIGE MÃOS HABILIDOSAS E É REALIZADA PRINCIPALMENTE PELAS MULHERES





# Música Guarani: coral e cantos tradicionais

Por Marcelo Kuaray Benite (professor,  
coordenador do coral e cacique da  
Tekoá Tava'í - Canelinha/SC)

**A música nasceu desde que a  
nossa população foi gerada.  
A nossa história é milenar.  
A música fala dos nossos costumes,  
do nosso jeito.  
É uma música que lembra  
muito a nossa resistência.  
E também a nossa existência!**

**MARCELO BENITE, CACIQUE DA ALDEIA  
INDÍGENA TEKÓÁ TAVAI**

Na cultura guarani os cantos tradicionais, que são milenares e sagrados, repassados através da oralidade de geração para geração, só são entoados em cerimônias nas casas de reza (opy), pois representam momentos de reflexão, de meditação, de fortalecimento emocional e espiritual em uma profunda conexão com o universo divino. Esses cantos evocam elementos da natureza, do ambiente, dos costumes e simbolizam a força e a energia da cultura Guarani.

Esse tema, levantado por Marcelo Benite (Kuaray Papa), cacique, liderança e músico do Coral (Grupo de Canto e Dança Nhe'ẽ Ambá Morada dos Anjos) da Aldeia Indígena Tekoá Tavaí, em Canelinha, assim o define: “Através do canto a gente tem a força espiritual. [...] Através das músicas que nós acalmamos os nossos ânimos. Para mim, que sou músico tradicional, faço parte do coral, é também para que nossa cultura permaneça viva”!

Houve um período, dentre tantos, de extremas dificuldades nas aldeias guarani, que incluía a luta incansável por reconhecimento e respeito, obrigando muitas pessoas a buscar recursos externos para a sobrevivên-

cia. Nessas condições que surgiram muitos dos corais indígenas. Aliados à venda dos artesanatos, as apresentações dos corais para as comunidades externas – ou seja, aos não indígenas –, realizadas em praças, escolas e instituições, rendiam, através de doações recebidas, a garantia de algum recurso para muitas famílias, mesmo que fosse apenas o transporte, roupas ou alimentos básicos.

Os cantos entoados pelo coral, com vozes masculinas e femininas que dão melodia, aliados ao som do violão, violino, tambor, chocalho e do compasso rítmico das danças que formam a emotiva apresentação do grupo, ainda que a grande maioria da população brasileira desconheça o significado, representa a luta dos povos indígenas e simboliza, em muitos casos, “um grito de socorro”. Assim como na cultura guarani, em que tudo está associado, a música também é repleta de conexões, aliando os movimentos do corpo à mente e ao espírito.

O coral de Canelinha (Grupo de Canto e Dança Nhe'ẽ Ambá Morada dos Anjos) é composto atualmente por 12 membros. As roupas utilizadas para as apresentações resultam de tecidos simples adquiridos quando há recursos e são costuradas pela Sra. Joana Benite, mãe de Marcelo. Cada pintura corporal e cada cor utilizada nos uniformes possuem temas significativos que remetem a elementos da natureza. De acordo com Marcelo, “às vezes a pintura é à mão mesmo e o símbolo que representa na roupa refere-se à natureza, à luta [...]. A roupa tem que ser branca, porque o branco refere à paz, à simplicidade da pessoa”.

As letras e temas das canções surgiram, num primeiro momento, como um canto de ninar ou como uma forma de contar histórias infantis para ensinar e alegrar as crianças. Conforme Marcelo, “a nossa música só fala da paz, do amor, do respeito um ao outro, para motivar as crianças, e desse modo é uma palavra sem maldade”.

De acordo com Marcelo, o coral existe porque essa é uma demanda constante por respeito e reconhecimento perante a sociedade e simboliza grande alegria sem maiores pretensões para os alunos que fazem parte do grupo. “Muitas vezes para cutucar a imprensa também, cutucar a população não indígena, que os indígenas também existem. [...] Por quê? Porque a sociedade não índia só lembra do índio no Dia do Índio”!

Embora Marcelo afirme, com a certeza e o pesar, de que “principalmente nós, ainda mais nós, a nossa música nunca vai ser tocada na rádio!” acredita que o coral tem uma grande importância, por isso os jovens e crianças são instigados a fazer parte “para que o nosso cântico sempre permaneça por gerações”!

### **Mba'epú**

**Mba'epú onhendú, takuapu onhendú**

**Popyguá onhendú, Opy'i re mborai'i onhendú**

**Opy'i re mborai'i onhendú**

**Instrumentos tradicionais Mbya Guarani**

**O violão está tocando, taquaras artesanais estão tocando**

**A varinha tradicional está tocando, na casa cerimonial estão, se ouvindo os cantos.**

**Na casa cerimonial estão, se ouvindo os cantos.**

**AUTOR:**

**KUARAY PAPÁ (MARCELO BENITE)**





OS CORAIS SÃO FORMADOS PRINCIPALMENTE PELAS CRIANÇAS E JOVENS DAS ALDEIAS, QUE SÃO ESTIMULADOS DESDE MUITO CEDO A PARTICIPAREM, SEJA CANTANDO OU TOCANDO ALGUM INSTRUMENTO. OS ENSAIOS SÃO REALIZADOS REGULARMENTE NAS CASAS DE REZA (OPY) E CONSTITUEM UMA DAS ATIVIDADES DAS ESCOLAS INDÍGENAS DESSAS COMUNIDADES.





NHAMANDU JEXAKA (BRILHO DO SOL)  
CORAL DA TEKÓÁ PIRA RUPÁ (ALDEIA MASSIAMBU)



KUARAY OUA (RENASCER DO SOL)  
CORAL DA TEKÓÁ MYMBA ROKÁ (ALDEIA AMARAL)



NHE'É AMBÁ (MORADA DOS ANJOS)  
CORAL DA TEKÓÁ TAVAI (ALDEIA CANELINHA)



KYRINGUE NHE'EGATU (AS VOZES DAS CRIANÇAS)  
CORAL DA TEKOA ITANHAEM



YVYVYCHI OVY (NUVENS AZUIS)  
CORAL DA TEKOA YNN MOROTCHI WHERA (ALDEIA M'BIGUAÇU)



TAPE MIRIM (CAMINHO SAGRADO)  
CORAL DA TEKOA ITATY (ALDEIA MORRO DOS CAVALOS)

# A medicina tradicional como uma forma de resgate cultural

Por Hyral Moreira (graduado em Direito  
pela Universidade do Vale do Itajaí e cacique  
da aldeia M'Biguaçu - Biguaçu/SC)

“Até hoje eu nunca esqueci,  
e eu levo como legado a palavra  
do meu avô:  
O não indígena nunca vai enfra-  
quecer a cultura,  
porque você nunca vai enfra-  
quecer uma cultura que está  
forte.  
Só se você permitir”!

HYRAL MOREIRA, CACIQUE E LIDE-  
RANÇA DA ALDEIA YNN MOROTHI  
WHERÁ – M’BIGUAÇU

Na cultura guarani há uma profunda ligação entre o universo cultural e religioso. A busca da cura para os males que afetam tanto o corpo físico quanto o espiritual tem relação com o uso das ‘medicinas tradicionais’ em cerimônias e rituais, atrelados a um cuidado com a saúde e culturalmente apropriados.

De acordo com o cacique da comunidade da aldeia Ynn Morothi Wherá ou M’Biguaçu, Hyral Moreira, neto de Alcindo Wherá Tupã e Rosa Poty Djá, considerados grandes referências de sabedoria e portadores de conhecimentos tradicionais entre a comunidade guarani, com o passar do tempo os mais jovens foram perdendo o interesse e deixando de lado a prática dessa parte mais cultural e religiosa, e então: “Ao longo de algum tempo

a gente viu a necessidade, porque a gente para ter o direito tem que ter o reconhecimento. Para você ter o reconhecimento você tem que ter a prática. Praticar algo. [...] E aí a gente viu essa necessidade da parte religiosa, da parte mais espiritual entre os mais jovens”.

Diante dessa problemática, desde o ano de 2000, passou a fazer parte dos rituais de canto e rezas nesta comunidade o uso da ayahuasca<sup>73</sup>, no qual é atribuído um grande poder aos seus efeitos terapêuticos e curativos<sup>74</sup>, aliado a outras ‘medicinas’, como o tabaco e outros chás. Além disso, o uso da bebida em cerimônias específicas<sup>75</sup>, reivindicado como parte de sua cultura e tradição, consistiu em um resgate de práticas de um passado fundamentado nas antigas cerimônias, na busca de fortalecimento do lado espiritual e num processo de “revitalização cultural” entre a comunidade, especialmente os mais jovens.

Hyral afirma que [...] “o bom disso tudo é que houve um despertar dos próprios jovens aqui desta comunidade à prática da cultura, o fortalecimento cada vez mais, a autoestima de dizer ‘ah eu sou indígena, está aqui a nossa cultura!’ Então houve esse despertar”.

73 Ayahuasca, produzida a partir do cozimento de folhas do arbusto *Psychotria viridis*, conhecido como chacrona, e da casca do cipó *Banisteriopsis caapi*, também chamado de mariri. Usada tradicionalmente por povos indígenas da Amazônia em rituais de cura espiritual, a ayahuasca foi incorporada a partir dos anos 1930 em cerimônias religiosas criadas por seringueiros. [...] No Brasil, seu uso é considerado legal desde 1987 para fins ritualísticos. Fonte: <Psychological Medicine. On-line. 15 jun. 2018.

DE ARAUJO, D. B. et al. Seeing with the eyes shut: neural basis of enhanced imagery following ayahuasca ingestion. *Human Brain Mapping*. v. 33, p. 2550-60. 2012.

74 O neurocientista Dráulio Barros de Araújo, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), pesquisa o potencial antidepressivo da bebida conhecida também como santo-daime. Fonte: <https://epoca.globo.com/ayahuasca-cha-que-parece-um-sonho-23504474> – março de 2019.

75 Este processo de apropriação da ayahuasca, e outras práticas relacionadas pelos Guarani da aldeia Ynn Morothi Wherá ou M’Biguaçu foi amplamente documentada na tese de doutorado intitulada “Tata endy rkoe – Fogo Sagrado: Encontros entre os Guarani, a ayahuasca e o Caminho Vermelho”, desenvolvida por Isabel Santana de Rose e apresentada em 2010 (DE ROSE, 2010).

Embora houvesse questionamentos dentro da própria comunidade guarani, esse processo ativo envolveu e estimulou novas relações entre indígenas e não indígenas, sobretudo a partir do momento em que foi permitido o acesso dessas pessoas nas cerimônias, até então restritas aos membros da comunidade. Ao passo que, vem de encontro ao ensinamento repassado de geração para geração, de avô para neto sobre manter uma cultura fortalecida, citado na fala inicial em epígrafe.

*Então, é como falei, quando você fala em medicina tradicional não é as plantas, o chá, ou a ideia da causa ou efeito.*

*Tem todo um sistema por trás disso. A medicina tradicional está envolvendo a questão cultural, a questão da organização dentro da própria aldeia, a própria religiosidade que faz parte da medicina tradicional. Até mesmo a própria escola, por exemplo, ela tá inserida nesse aspecto. Os rituais, a religiosidade ela faz parte do calendário escolar. Tudo o que é praticado com relação à religiosidade ela está prevista no calendário escolar. Até como uma forma da própria escola se identificar. E isso tudo teve uma repercussão muito grande! (Hyrall Moreira, 2019).*



LOCAL DA ALDEIA DESTINADO AO TRABALHO COM MEDICINA TRADICIONAL GUARANI



INTERIOR DOS ESPAÇOS ONDE SÃO REALIZADAS AS CERIMÔNIAS E OS RITUAIS COM USO DA MEDICINA TRADICIONAL GUARANI





A PRODUÇÃO DA AYAHUASCA É UM PROCESSO TRABALHOSO QUE ENVOLVE MUITAS PESSOAS DA COMUNIDADE







# Morro Cambirela: uma paisagem de significados

Por Sorian Fontora Souza e Bruce Souza  
(moradores da aldeia Cambirela - Palhoça/SC)

Em frente à Aldeia Cambirela, situada no município de Palhoça, ergue-se, majestosa e imponentemente, uma das montanhas mais altas de todo o estado de Santa Catarina. Esta admirável referência paisagística, conhecida, ao longo dos séculos, por Morro Cambirela, despertou a curiosidade e o interesse de inúmeras pessoas que pela região trilhavam seus caminhos e mergulhavam em suas aventuras. Este espaço, reconhecido pelos indígenas que habitam seu entorno como de uso tradicional, é uma das principais fontes de recursos naturais da comunidade. O Morro, inserido no bioma da Mata Atlântica, hoje faz parte do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro e abriga, em toda a sua extensão, uma grande diversidade faunística.

Para Sorian Fontora Souza, filha de Dona Etelvina Fontora, liderança da comunidade, o Morro, cujo formato lembra, “se for observar bem, [...] uma mulher grávida deitada”, é de muita relevância para a comunidade, pois “é dele que tiramos a nossa matéria-prima para os artesanatos, como o cipó e a taquara – que é usada para fazer balaios, cestos pequenos e encapamento de flechas e anéis –, e algumas plantas medicinais para remédio; é dele, também, que vem a nossa captação de água”. Além de seu uso tradicional, o Morro é reconhecido, ainda, como um espaço de lazer, “porque a gente também sobe pra tomar banho” e de meditação: “bem lá pra cima, cada vez mais que subimos, você só escuta o som da água, o som da cachoeira, e esse som é muito prazeroso e faz com que você sinta algo inexplicável, pois simplesmente nos acalma”.

O Morro Cambirela, para os membros da comunidade, não é apenas um local constantemente utilizado para os mais diversos fins: é um ambiente repleto de aspectos afetivos e memoriais que carrega consigo significados, lembranças, marcas e sentidos. Ao compartilhar uma de suas mais marcantes lembranças sobre o Morro, Sorian contou que “em alguns poços existem muitos girinos no fundo, grudados nas paredes de pedra. Quando eu era criança, perto dos meus seis, sete anos, eu pensava que eram peixes com colinhas e eu queria trazer todos eles, pois acreditava que eles iriam ter medo quando fosse escurecer”. Muito do que foi visto, contudo, se modificou com o passar do tempo, sofrendo diversas interferências produzidas pelo próprio ser humano:

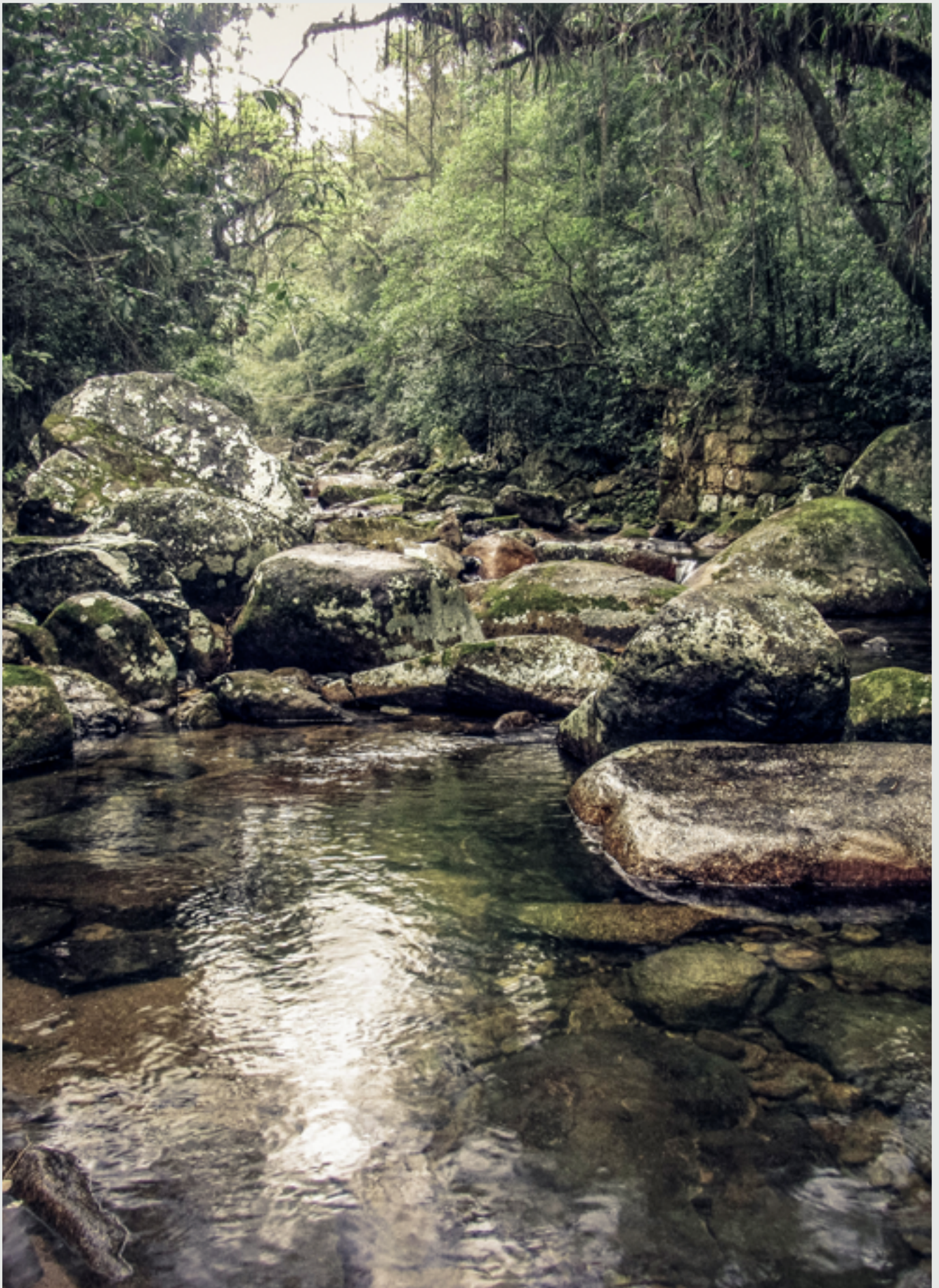
Quando criança, a cachoeira do Morro era mais preservada e algumas pessoas vinham preservar. Hoje em dia, são inúmeras pessoas de todos os lugares. [...] Devido ao fluxo de pessoas, há muitas intervenções, pois danificam e mexem em nossas mangueiras e, recentemente, cortaram algumas árvores antigas, o que me causou muita tristeza. Eram árvores que eu vi quando era criança ainda, né. Eram bem antigas. Desde pequenininha eu via aquelas árvores e eles cortaram. [...] Antes era mais calmo, né, agora não é. É mais agitado, principalmente, quando está bastante quente, que é quando sobe bastante gente para o Morro.

Apesar das diversas transformações e intervenções, o Morro Cambirela, para a comunidade, é um importante referencial simbólico e ambiental, pois, muito além de uma paisagem

a ser vista e contemplada, “é expressão e mais precisamente, a expressão da existência”, sendo, portanto, um lugar repleto de experiências, memórias e valores que alimentam as práticas e as tradições legadas de geração a geração.



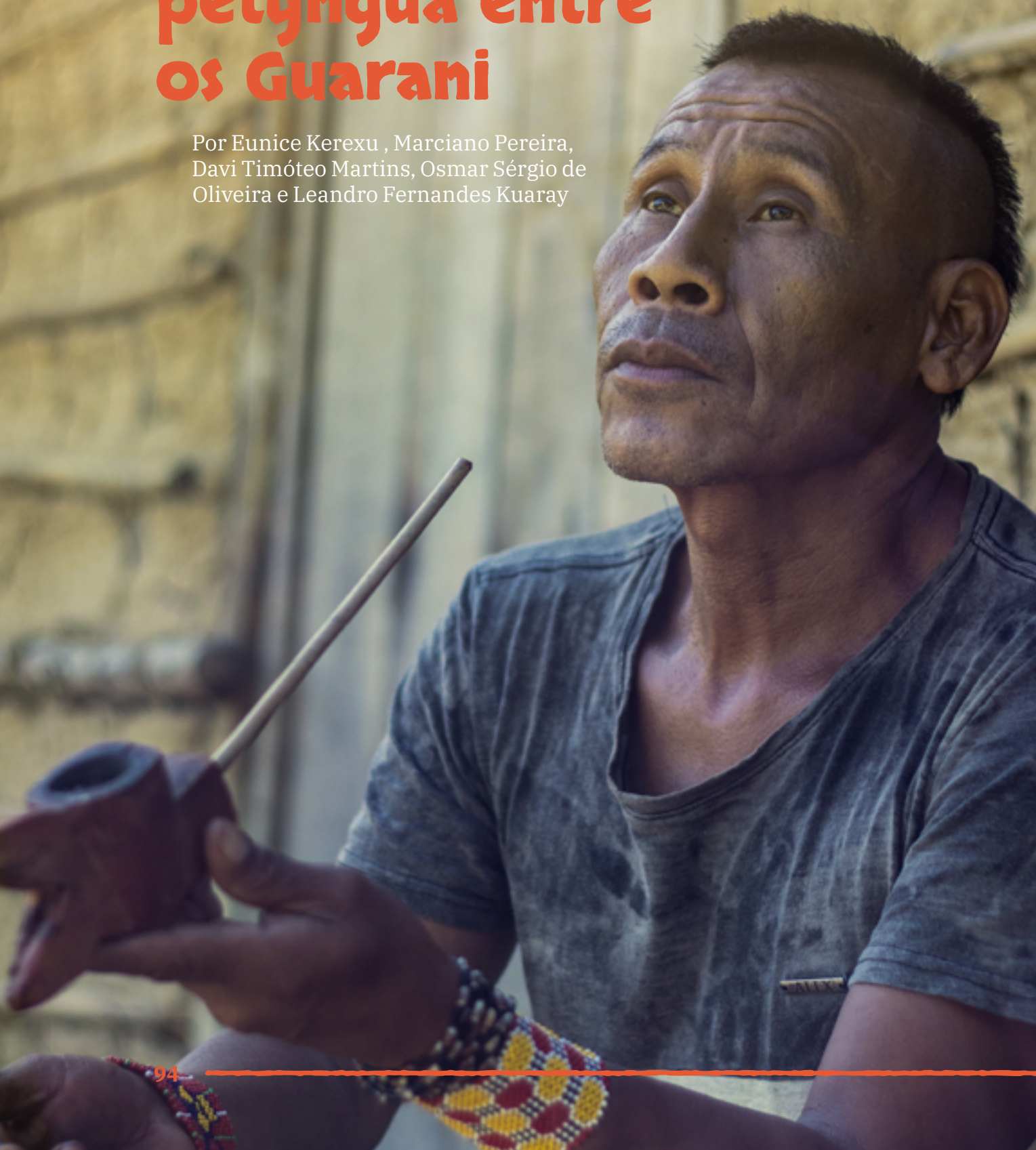
DIFERENTES GERAÇÕES DE GUARDIÕES DO MORRO DO CAMBIRELA



ÁGUA EM ABUNDÂNCIA: UMA DAS RIQUEZAS DA ALDEIA DE CAMBIRELA

# Relatos sobre um objeto sagrado: uso do petynguá entre os Guarani

Por Eunice Kerexu , Marciano Pereira, Davi Timóteo Martins, Osmar Sérgio de Oliveira e Leandro Fernandes Kuaray



Um dos objetos de uso cotidiano e individual entre os Guarani é o petyngué: o cachimbo sagrado. Através dele que, nos momentos especiais, buscam a concentração e a ponte para conexão e comunicação com o universo divino:

Para nós é sagrado [...] eu mesmo, não vou esquecer-me do Petyngué! Porque ele protege de todas as coisas. De dia e de noite. Principalmente da noite, daquilo que a gente não vê. [...] É por isso que nós sempre carregamos Petyngué. Eu mesmo, de dia, não deixo de carregar Petyngué. Mas, não é igual a este daqui. É bem pequenininho, a gente usa, aonde a gente vai. Antes de levantar, ir pra cidade ou pro mato, qualquer lugar que a gente vai. Antes de sair de casa, a gente usa Petyngué.

LEANDRO FERNANDES KUARAY –  
MORADOR DA ALDEIA ITANHAÉM  
(2018)

Atualmente, o cachimbo é feito, geralmente, com nó de pinho, o qual é talhado em forma de desenhos que representam animais (como pássaros, onças, peixes), e tem um tubo de taquara por onde a fumaça do tabaco é aspirada. E há o cachimbo feito de argila, envolvendo um processo mais complexo, desde o artesanato que o produz ao uso cerimonial.

O Petyngué é nosso veículo. Dificilmente vai ser enterrado, depositado. Por exemplo: Eu tenho o meu e uso, uso, de repente chega outro e pede pra mim, ou precisa, eu repasso pra ele. É um objeto sagrado, mas ele não permanece muito tempo só com uma pessoa, ele pode circular. O Petyngué de nó de pinho é usado no dia a dia, e os de barro mais pra rituais. Porque tem aquela firmeza da terra mesmo e conseguir navegar nos espaços que a gente quiser sair do chão. E o de nó de pinho já é mais pra cima.

EUNICE KEREXU – LIDERANÇA NA  
ALDEIA MORRO DOS CAVALOS (2018)

Eu faço o petyngué... Eu aprendi sozinho! Fiz também... Dois cursos (Curso para vasilha cerâmica). [...] Desde antigamente que usa petyngué, mas só que é único. É sagrado. Por isso não joga fora assim. Não deixa... Quando se muda, leva junto. Nunca deixa. Se quebrar, não joga fora. Se quebrar, se mói tudo e faz [outro] de volta.

MARCIANO PEREIRA – LIDERANÇA  
DA ALDEIA DE AMÂNCIO (2019)

Porque o petyngué, ele é um artesanato, mas ele é um artesanato sagrado que não é utilizado pra venda. Só pra uso pessoal e sagrado. [...] É uma arte que se faz.

Então, se utiliza uma madeira que é o nó [...]. Mas existem outras madeiras. Mas é a madeira mais forte que tem... É o cerne (o centro) é uma coisa mais dura que tem. [...] Então, quanto mais dura essa madeira, mais vai durar. Bem difícil de trabalhar, mas tem um jeito, se coloca na água a madeira fica mole. Aí a coloca de molho um pouco, e então começa a modelar.

**DAVI TIMÓTEO MARTINS - LIDERANÇA DA ALDEIA DE ITANHAÉM (2019)**

Tem o Petyngué de madeira e o de argila. Então, o de madeira qualquer um pode fazer, porque o de argila já é mais específico, ou seja, não é qualquer pessoa que pode fazer. No caso, depende do nome sagrado. [...] É bem interessante porque parece uma coisa simples, mas não é [...]. Tem toda uma técnica, envolve a crença à divindade pra se fazer o cachimbo de argila, que é bem mais específico. [...] Tem que se colher a argila, correta, certa, retirar todo aquele excesso daquela areia, pedrinhas que ficam... E, daí por diante. Mas os grandes conhecedores são os mais velhos. Atualmente, as pessoas que fazem são os mais velhos. As pessoas mais novas já não tem aquela técnica. Porque a argila tem que ser bem feitinha e cozida ali no fogo, na brasa... Aí ela não quebra. Quando é feita por uma outra pessoa com um outro nome sagrado, [...] aí ele estoura, quebra. Se ele não estoura, ele quebra quando ele for usado, aí dura bem pouco.

E a partir do momento que for feito, ele não pode ser usado de qualquer forma [...]. (petyngué de madeira e de argila) São duas coisas iguais, dois objetos religiosos, mas... Tem uma diferença de uso. Ou seja, esse aqui eu posso usar mais livremente e o outro é mais específico, que é pra ser usado na reza.

**OSMAR SÉRGIO DE OLIVEIRA - PROFESSOR NA ALDEIA DE ITANHAÉM (2019)**







PETYNGUÁ É O CACHIMBO SAGRADO DE USO COTIDIANO E INDIVIDUAL ENTRE OS GUARANI QUE ESTABELECE UMA PONTE PARA CONEXÃO E COMUNICAÇÃO COM O UNIVERSO DIVINO



**Para não  
concluir**

A cultura, ela vai se modificando ao longo do tempo.

Hoje, nas comunidades, a gente sofre de várias formas. O não indígena, ele olha pra nós e fala que não somos mais índios. [...] Muita gente fala que nós temos que mostrar para os não indígenas que a gente tem a nossa cultura, que a gente ainda vive como antigamente, que a gente tem que andar de cocar, tem que andar de tanga. Aí eu fico pensando tudo isso... Será? [...] Teve um professor que nos falou que o branco, ele tem que nos aceitar do jeito que a gente é. O que o branco está querendo, é que o indígena viva no século XVI, XVII. O índio de cocar, de penacho na cabeça... Vivendo a cultura ali. Ele afirmou, também, que nós não temos a obrigação de mostrar isso para os brancos, mas que nós temos que mostrar que somos índios do século XXI. Acho que ele tem razão. A gente não tem que tentar ser o que a gente não é mais, só para mostrar ao branco que nós somos índios. [...] Nós temos que mostrar para os não indígenas que somos índios também. Não foi nós que viemos para a cidade, a cidade que veio para onde estamos. A gente tem que ser o que é.

(Marco Antônio, Aldeia Massiambu, 2019)

Se pensar no passado, muitos guerreiros tombaram pra que eu pudesse estar aqui, vendo por onde que meus antepassados viveram, caçou, pescou,

sobreviveu e hoje eu tô aqui de volta mas já como estranho, estranho na minha própria terra”.

(MARCELO BENITTE, ALDEIA DE CANE-LINHA, 2019)

Vivemos em uma nação pluriétnica e multicultural. No entanto, desconhecemos grande parte da imensa diversidade de povos, línguas, modos de viver e expressões culturais que foram, durante muito tempo, marginalizadas e invisibilizadas na história brasileira. Não vivemos do mesmo modo que vivíamos no passado e muitos aspectos culturais foram, durante o transcorrer dos séculos, modificados e/ou ressignificados.

Compreendendo os riscos do conceito de uma “história única”, definido pela feminista e escritora nigeriana Chimamanda (2019), o processo de construção desse livro se preocupou em apresentar as narrativas escolhidas em cada uma das comunidades aqui retratadas, a partir de suas especificidades e afinidades. E, certamente, essas histórias seriam contadas de outra forma e com outros elementos se narradas por outras comunidades guarani.

O desenvolvimento deste livro, portanto, representa uma oportunidade para conhecermos um pouco mais sobre a cultura milenar e o modo de ser Gguarani, promovendo, por meio da abordagem de dados históricos, de pesquisas arqueológicas e, principalmente, da sabedoria indígena, aproximações, diálogos, valorização, reconhecimento e respeito.

# Bibliografia

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. O perigo de uma História Única. Tradução de Julia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- BARBOSA, R. A. Agricultura Tradicional Guarani. 2015. 58 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Curso de Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 2015.
- BENITES, A. F.; SILVA, D. K. F. S.; SANTOS, E. T.; GONÇALVES, M. O.; SILVA, N.; EUZÉBIO, S. A.; MACENA, V. K. P.; SILVA, K. M.; SILVA, C.; VERÍSSIMO, O.; GONÇALVES J. T. Xondaro Mbaraete – A Força do Xondaro. Centro de Trabalho Indigenista (CTI): São Paulo, 2012.
- BROCHADO, José. A expansão dos Tupi e da cerâmica da tradição policrômica amazônica. Dedalo, Revista de Arqueologia e Etnologia, 27: 65-82. 1989.
- CABEZA DE VACA, A. N. Naufragios. Madrid: M. Aguilar Editor, 1945.
- CADOGAN, Leon. La encarnación y la concepción: la muerte y la resurrección en la poesía sagrada “esotérica” de los jeguakáva-Tenondé Porã-Gué (mbya-Guarani) del Guairá, Paraguay. Revista do Museu Paulista. São Paulo: Museu Paulista, v. 4, 1952.
- CHMYZ, I. Pesquisas paleoetnográficas efetuadas no Vale do Rio Paranapanema, Paraná – São Paulo. Boletim de Psicologia e Antropologia. Curitiba: UFPR, v. 5, abr. 1977.
- CHMYZ, I. Arqueologia e história da vila espanhola de Ciudad Real do Guairá. Cadernos de Arqueologia, Paranaguá, Ano 1 – nº1, p. 7-104, 1976.
- CHMYZ, I. Relatório das Pesquisas Arqueológicas Realizadas na Área da Usina Hidrelétrica de Salto Santiago (1979-80). Florianópolis - Curitiba. Eletrosul, 1980.
- CHMYZ, I. Arqueologia de Curitiba. Boletim Informativo da Casa Romário Martins. Curitiba, v. 21, n. 105. p. 5 - 54. 1995
- CHMYZ, Igor. A tradição Tupiguarani no Litoral do Estado do Paraná. Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes. Curitiba (16):71-95. 2002.
- CAMPOS, M. C. R. A arte do corpo mbyá-guarani: processos de negociação, patrimonialização e circulação de memória. 169 f. Tese (Doutorado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.
- CAUQUELIN, A. Paisagem, Retórica e Patrimônio. In: Revista de Urbanismo e Arquitetura, Salvador, vol. 6, jul./dez/2003, p. 24-27.

- CHAMORRO, G. La buena palabra. Experiencias y reflexiones religiosas de los grupos guaraníes. In: Revista de Indias, 2004, vol. LXIV, n. 230, p. 117-140.
- CHAMORRO, L. K. M. M. Nhemongaraí. O Batismo Mbya Guarani: os nomes e seus significados. 46 f. Monografia (Licenciatura em Matemática) – Formação Intercultural em Educação Indígena, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.
- CLASTRES, Helène. Terra sem mal: o profetismo Tupi-Guarani. São Paulo: Brasiliense, 1978.
- DARELLA, M. D. P. Territorialidade e territorialização Guarani no litoral de Santa Catarina. In: Tellus, ano 4, n. 6, 2004, p. 79-110.
- DE MASI, M. A. N. Pescadores e coletores da costa sul do Brasil. Pesquisas, 57, 2001.
- FARACO, J. M. Bichinhos Guarani: de artesanato a objeto. 115 f. Monografia (Graduação em Antropologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.
- FELIPIM, A. P. O sistema agrícola Guarani Mbyá e seus cultivadores de milho: um estudo de caso na Aldeia Guarani da Ilha do Cardoso, município de Cananéia, SP. 135 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais). – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Piracicaba, 2001.
- FIGUEIREDO, V. G. B. O Patrimônio e as Paisagens: novos conceitos para velhas concepções? In: Paisagem e Ambiente, São Paulo, n. 32, 2013, p. 83-118.
- GÓES, P. R. H. Morfológicas: um Estudo etnológico de padrões socio-territoriais entre os Kaingang (Dialeto Paraná) e os Mbya (Litoral Sul). 500f. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Curitiba, 2018.
- GONÇALVES, A. Mba'erei rei ra anga. As esculturas de madeira e seus aprendizados. 23 f. Monografia (Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.
- HAUBERT, M. Índios e jesuítas no tempo das missões. São Paulo: Cia das Letras. 1990.
- IPOL, Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística. Inventário da Língua Guarani Mbya – Inventário Nacional da Diversidade Linguística. Florianópolis: Editora Garapuvu, 2011.
- KUARAY, D.; ARA'I, D. Teko: a resistência e vida dos Guarani de Biguaçu. In: GONÇALVES, L. D.; NHE'ERY, D. S. (Org.). Território Guarani. UFSC: Florianópolis, 2016, p. 19 – 26.

- LABATE, B.C. & COUTINHO, T. “O meu avô deu a ayahuasca para o Mestre Irineu”: reflexões sobre a entrada dos índios no circuito urbano de consumo de ayahuasca no Brasil. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, v.57, n.2, 2014.
- LADEIRA, M. I. Yvy marãey: renovar o eterno. In: *Suplemento Antropológico*, nº 34, Vol.2, 1999, p. 81-1000.
- LADEIRA, M. I. O caminhar sob a luz: Território mbya à beira do oceano. Versão Online. São Paulo: Centro de Trabalho Indigenista – CTI, 2014.
- LADEIRA, M. I. (Coord.). Terras Guarani no Litoral: As matas que foram reveladas aos nossos antigos avós – Ka’agüy oreramói kuéry ojou rive vaekue y. São Paulo: Centro de Trabalho Indigenista, 2004.
- LADEIRA, M. I. M.; AZANHA, Gilberto. Os índios da Serra do Mar: a presença Mbyá-Guaraní em São Paulo. São Paulo: Nova Stella, 1988.
- LORENZONI, C. A. C. A. Os Guarani do Espírito Santo: Um estudo de Motivos Gráficos da Cestaria. In: NOBRE, S.; BERTATO, F.; SARAIVA, L. (Orgs.). *Actas do 6o Encontro Luso-Brasileiro de História da Matemática*. SBHMat: Natal, 2014, p. 889-910.
- MELLO, Flávia Cristina de. Mbyá e Chiripá: identidades étnicas, etnônimos e autodenominações entre os Guarani do sul do Brasil. *Tellus*, ano7, n.12, p.49-65, Campo Grande- MS, 2007.
- MAACK, R. Geografia física do Estado do Paraná. Ed. UFPR. Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas. Curitiba, 1968.
- MAEDER, E. J. A. Atlas territorial y urbano de las misiones jesuíticas de guaraníes: Argentina, Paraguay y Brasil. Andalucía: Instituto Andalúz del Patrimonio Histórico, 2007.
- MARIANO, C. O. A nossa história sobre o Mbaraka Mirim ou Mba’epu Mirim. 40 f. Monografia (Licenciatura Indígena Intercultural do Sul da Mata Atlântica) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.
- MARTINS, M. A. Arte Guarani no espaço escolar. 27 f. Monografia (Licenciatura Indígena Intercultural do Sul da Mata Atlântica) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.
- MARTINS, R. História do Paraná. Curitiba: Editora Guaíra Limitada, 1953.
- MELIÁ, B. Elogio de la Lengua Guarani. Asunción: CEADUC – CEPAG, 1995.
- MELIÁ, B. Guarani Retã. Cartilha dos povos Guaranis da fronteira. Argentina Brasil e Paraguai, 2008.
- MELIÁ, B. Informação etnográfica e histórica sobre os Kaingang de Rio Grande do Sul. *Publicações do Museu Municipal*. Paulínia, 26:11-24. 1983.

- MILHEIRA, R. G. Arqueologia Guarani no litoral sul-catarinense: História e Território. 2010. 224 f. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- MILHERA, R. G.; WAGNER, G. P. (Orgs.) Arqueologia Guarani no litoral Sul do Brasil. Curitiba: Appris, 2014.
- MENDES, M. S. R. Xondaro – Uma etnografia do mito e da dança Guarani como linguagens étnicas. Dissertação (Pós-Graduação em Comunicação Social) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Palhoça, 2006.
- MONTARDO, D. L. O. Através do Mbaraká: música e xamanismo Guarani. 277 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- MONTEIRO, J. M. Os Guarani e a história do Brasil meridional, séculos XVI-CVII. In: CUNHA, Manuela C. (Org.) História dos índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, pp. 475-498.
- MONTOYA, A. R. Conquista Espiritual feita pelos religiosos da Companhia de Jesus nas Províncias do Paraguai, Paraná, Uruguai e Tape. Porto Alegre: Martins Livreiro Ed., 1985.
- MOTA, L. T. (Org.). História do Paraná: Pré-história, colônia e império. Maringá: Eduem, 2011.
- MÜLLER, I. S. Arqueologia Guarani no Litoral Central de Santa Catarina: Estudo de Caso do Sítio Travessão do Rio Vermelho (TRV). 2015. 130 f. Monografia (Graduação em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. NOELLI, F. S. A ocupação humana na região sul do Brasil: arqueologia, debates e perspectivas. 1872-2000. In: Revista USP, São Paulo, n. 44, 1999-2000, p. 218-269.
- NEVES, K. M. S. Artesanato Mbyá-Guarani: percepções etnográficas de uma artesã na comunidade Mbyá-Guarani de Yriapú. 74 f. Monografia (Graduação em Antropologia) – Instituto Latino Americano de Arte, Cultura e História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2016.
- NOELLI, F. S. Sem tekoha não há tekó: em busca de um modelo etnoarqueológico da aldeia e da subsistência Guarani e sua aplicação a uma área de domínio no delta do Jacuí-RS. 488 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 1993.
- \_\_\_\_\_. Por uma revisão das hipóteses sobre os centros de origem e rotas de expansão pré-históricas dos Tupi. Estudos Ibero-Americanos, PUC-RS, v. XX, n.1, p.107-135, 1994.
- \_\_\_\_\_. As hipóteses sobre o centro de origem e rotas de expansão dos Tupi. Revista de Antropologia, v. 39, nº 2. USP: São Paulo, 1996a.

- \_\_\_\_\_. Resposta a Eduardo Viveiros de Castro e Greg Urban. *Revista de Antropologia*, v. 39, nº 2. USP: São Paulo, 1996b.
- \_\_\_\_\_. A ocupação humana na região Sul do Brasil: Arqueologia, debates e perspectivas (1872-2000). *Revista USP*, São Paulo, n.44, p. 218-269, dezembro/fevereiro, 1999-2000.
- \_\_\_\_\_. O espaço dos Guarani: A construção do mapa arqueológico no Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai. In: MILHEIRA, R. G.; WAGNER, G. P. (Org.). *Arqueologia Guarani no litoral sul do Brasil*. Curitiba: Appris, 2014.
- NOELLI, Francisco Silva et alli. Os sítios arqueológicos guarani do litoral sul do Brasil, Uruguai e Argentina: registros até 2013. In: MILHEIRA, R. G.; WAGNER, G. P. (Org.). *Arqueologia Guarani no litoral sul do Brasil*. Curitiba: Appris, 2014.
- PERRONE-MOISES, Leyla. *Vinte luas: viagem de Palmier de Gonneville ao Brasil, 1503-1505*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- QUEZADA, S. E. C. *A Terra de Nhanderu: organização sociopolítica e processo de ocupação territorial dos mbyá-guarani em Santa Catarina, Brasil*. 2007. 164 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- RIBEIRO, R. I Winter. *Paisagem Cultural e Patrimônio*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007.
- RODRIGUES, L. G. Paisagem Cultural: nova expansão conceitual do patrimônio. In: *Revista Estação Científica*, Macapá, v. 5, n. 1, jan./jun. 2015, p. 47-56.
- ROSE, I.S. de. LANGDON, E.J. Diálogos (neo) xamânicos: encontros entre os Guarani e a ayahuasca (Neo) shamanic dialogues: encounters between the Guarani and ayahuasca. *Tellus*, ano 10, n.18, Campo Grande, MS, 2010.
- ROSE, I. S. de. *Tata endy rekoe – Fogo Sagrado: Encontros entre os Guarani, a ayahuasca e o Caminho Vermelho*. Tese de Doutorado em Antropologia Social. UFSC, Florianópolis, 2010.
- RUBIO, J. N.M. *Exploración y Conquista del Rio de La Plata (Siglos XVI e XVII)*. Salvat Editores, Imprensa Hispano-Americana. Barcelona, 1942.



SALVADOR, A. S. N. Entre escritos e vasilhas cerâmicas: O indígena na sociedade colonial da Ilha de Santa Catarina (Séculos XVIII e XIX). 2017. 356 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. SCHMITZ, P. I.; ROGGE, J. H. Os Carijós do Litoral Meridional do Brasil: um espelho para os arqueólogos olharem os sítios arqueológicos. In: Pesquisas, Antropologia, n. 73, 2017, p. 251-268.

SANTOS, L. K. A esquiva do Xondaro: o movimento como ação política entre os Guarani Myba. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

SCHADEN, E. Aspectos fundamentais da cultura Guarani. São Paulo: EPU/EDUSP, 1974.

SCHALLENBERGER, E. O Guairá e o espaço missionário: índios e jesuítas no tempo das missões rio-plantenses. Cascavel: Coluna do Saber, 2006

SCHMITZ, P. I. El Guaraní en Rio Grande do Sul: la colonización del Monte y los frentes de expansión. Estudios Leopoldenses, São Leopoldo: Unisinos, v.18, n. 64, pp. 185-206, 1982.

SILVA, A. F. Patrimônio Cultural e paisagem em sua significação espacial. In: GeoTerras, Pau dos Ferros, v. 5, n. 2, jul./dez. 2015, p. 19-29

SILVA, A. O grafismo e significados do artesanato da comunidade guarani da Linha Gengibre. 31 f. Monografia (Licenciatura Indígena Intercultural do Sul da Mata Atlântica) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

URBAN, G. A história da cultura brasileira segundo as línguas nativas. In: CARNEIRO DA CUNHA, M. História dos índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

# Agradecimentos



A todo(a)s o(a)s  
moradore(a)s das  
comunidades guarani  
da região da Grande  
Florianópolis.





**MPB**  
Engenharia

**arteris**  
Litoral Sul

